



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0560/16	DATA: 07/06/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h38min	TÉRMINO: 18h25min	PÁGINAS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - General de Exército, Comandante Logístico e antigo Comandante Militar da Amazônia.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e remanescentes de quilombos.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a Ata nº 31. Indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Solicito que seja dispensada a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Fica dispensada a leitura da ata.

Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu estava inscrito para pedir a leitura da ata.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da reunião anterior.

É lida a seguinte:

“Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de junho de 2016. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos (CPI – FUNAI E INCRA), criada pelo Ato da Presidência de 28 de outubro de 2015 (Requerimento de Instituição de CPI nº 16 de 2015, dos Deputados Alceu Moreira, Marcos Montes, Nilson Leitão, Valdir Colatto, Luís Carlos Heinze e outros). Compareceram os Deputados Alceu Moreira - Presidente; Luis Carlos Heinze e Nelson Marquezelli - Vice-



Presidentes; Nilson Leitão - Relator; Tereza Cristina e Valdir Colatto - Sub-Relatores; Abel Mesquita Jr., Dilceu Sperafico, Luiz Nishimori, Professor Victório Galli e Valtenir Pereira - Titulares; Adilton Sachetti, Eduardo Bolsonaro, Evandro Roman, Heitor Schuch, Osmar Serraglio e Sergio Souza – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair de Melo e Marx Beltrão, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Arnaldo Jordy, Beto Faro, Cleber Verde, Domingos Sávio, Edmilson Rodrigues, Irajá Abreu, Janete Capiberibe, João Marcelo Souza, João Rodrigues, Jovair Arantes, Laercio Oliveira, Mandetta, Marcos Montes, Newton Cardoso Jr, Nilto Tatto e Shéridan. Abertura: Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alceu Moreira, declarou abertos os trabalhos. Em seguida, colocou em apreciação as atas da 29ª e 30ª reuniões, realizadas nos dias dezenove e vinte e três de maio de 2016, respectivamente. O Deputado Luis Carlos Heinze solicitou a dispensa da leitura das atas. Não havendo quem quisesse discuti-las, foram colocadas em votação. Aprovadas as atas. Ordem do Dia: Deliberação de requerimentos constantes da pauta. O Presidente informou haver sobre a Mesa Requerimento de votação em globo, subscrito por diversos Parlamentares. O Deputado Luis Carlos Heinze fez uso da palavra para manifestar concordância com o Requerimento. Não havendo quem quisesse discuti-lo, foi colocado em votação. Aprovado o requerimento de votação em globo. O Presidente realizou a leitura dos requerimentos constantes da pauta. Em seguida, colocou os requerimentos em votação em globo, sendo o seguinte



resultado das deliberações: 1 - Requerimento nº 54/15 - da Sra. Erika Kokay - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite ao Sr. Yanes da Silva Ribeiro, Presidente da Associação Quilombola do Pacoval do Estado do Pará, para participar de audiência pública a fim de tratar sobre os conflitos na Região do Pacoval". Aprovado. 2 - Requerimento nº 162/16 - da Sra. Shéridan - (RCP 16/2015) - que "requer seja convocado o antropólogo Dr. Paulo Santilli". Aprovado. 3 - Requerimento nº 163/16 - da Sra. Shéridan - (RCP 16/2015) - que "requer seja convocada a antropóloga Dra. Maria Guiomar de Melo". Aprovado. 4 - Requerimento nº 250/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Exmº Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal para prestar informações nos termos que especifica". Aprovado. 5 - Requerimento nº 251/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Justiça Federal, subseção judiciária de Redenção - PA, em nome do Sr. Omar Bellotti Ferreira, de informações e documentos relativos a ações do Judiciário Federal no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região". Aprovado. 6 - Requerimento nº 252/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, Instituto Nacional de Colonização e



Reforma Agrária — INCRA, de informações e documentos relativos a Assentamentos Agrários em São Félix do Xingu - PA". Aprovado. 7 - Requerimento nº 253/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos autos que menciona". Aprovado. 8 - Requerimento nº 254/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de intimação dos Srs. Jerson Cesar Leão Alves e Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, para prestarem testemunho à Comissão Parlamentar de Inquérito". Aprovado. 9 - Requerimento nº 255/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Delegacia de Polícia Federal de Redenção, em nome da Sra. Graziella Fernandes Balestra, de informações e documentos relativos a ações da Polícia Federal no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região". Aprovado. 10 - Requerimento nº 256/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Fundação Nacional do Índio, de informações e documentos relativos à Terra Indígena Apyterewa". Aprovado. 11 - Requerimento nº 257/16 - do Sr. Nilson Leitão - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora



formulado de requisição, ao Ministério Público Federal de Redenção - PA, em nome da Sra. Luisa Astarita Sangoi, de informações e documentos relativos a ações da Procuradoria no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região". Aprovado. 12 - Requerimento nº 258/16 - do Sr. Luis Carlos Heinze - (RCP 16/2015) - que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Exmo. Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, de instauração de Inquérito Policial nos termos que especifica". Aprovado. Ato contínuo, o Presidente fez menção aos fatos ocorridos na Audiência Pública do dia 23 de maio de 2016, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, fez uso da palavra, para também comentar os fatos, o Deputado Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Deputado Alceu Moreira, encerrou a reunião às quinze horas e oito minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Alber Vale de Paula, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alceu Moreira, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em discussão a ata.

Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, quero falar sobre a audiência que houve em Porto Alegre, no dia 23 de maio. Eu li o requerimento do Deputado Luis Carlos Heinze, que pede à Polícia Federal para ouvir todos os que estavam



naquela audiência, como: seguranças da Assembleia, integrantes dos movimentos populares, Deputados Federais e Deputados Estaduais. É engraçado que só ouviram os Deputados Estaduais do PT. E por que os Deputados Zanchin, Capoani e Turra, que estavam lá, que não eram do PT, não estavam nessa lista? Até nisso conseguem fazer uma separação. Eu quis que lessem a ata para verificar se constava alguma coisa, mas não há nada.

A outra questão é que um colega pede para a Polícia Federal ouvir outro colega. Quero dizer aqui que não há problema algum ser ouvido na Polícia Federal. Pelo contrário. Talvez lá terei a oportunidade de falar do trabalho da CPI e também sobre o fato de a Polícia Federal investigar a Lava-Jato. Eu não estou aqui reclamando. Pelo contrário. Espero ser ouvido pela Polícia Federal, e vou falar aquilo que eu vi lá, daqueles que participaram e também dizer para a Polícia Federal que está na hora de investigar a Operação Lava-Jato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero crer que os dados devem ser acrescentados, porque no requerimento de que tenho conhecimento constava o nome de Parlamentares de outros partidos. Então, de acordo com a argumentação do Deputado Marcon, caso conste no requerimento o nome de outros Parlamentares, terá que ser retificada a ata, a fim de constar a realidade do requerimento.

Ainda em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada, com as retificações devidas.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria obter uma informação: nós fizemos requerimento solicitando que fosse autorizado apoio de duas pessoas para acompanhar as diligências, da mesma forma como aprovamos nesta CPI no ano passado. Esse requerimento chegou a ser discutido aqui em uma reunião — não era V.Exa. quem a estava presidindo —, nós apresentamos inclusive os nomes, e houve pedido para retirá-lo de pauta. Na época, eu me lembro que, naquela reunião, o pedido foi feito pelo Deputado Nilson Leitão. Depois, nunca mais



esse requerimento voltou à pauta. Então, eu queria pedir que, na primeira oportunidade, ele viesse para cá ou, pelo que entendi, talvez ele nem tenha que passar pelo Plenário da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como é assessor, tem que passar pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Esse foi o argumento utilizado no dia em que o requerimento foi retirado de pauta. Solicito, então, que seja analisado se pode ser um procedimento da Presidência ou, se tiver que passar por aqui, se pode ser pautado na primeira oportunidade em que houver reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço escusas ao Parlamentar. Este requerimento deveria ter voltado à pauta da reunião seguinte. Solicito, portanto, à assessoria que coloque na pauta da próxima reunião a votação desse requerimento.

Expediente.

Esta Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofícios da Advocacia-Geral da União em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 213, de 2016, de autoria do Deputado Alceu Moreira e Nilson Leitão, comunicando a instauração de processo disciplinar em relação a irregularidades apontadas.

Ofício da Procuradoria da República do Município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 35, de 2016, de autoria da Deputada Erika Kokay, encaminhando informações.

Ofício da Deputada Tereza Cristina, justificando ausência na audiência pública do dia 19 de maio de 2016.

Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Patrus Ananias, do PT de Minas Gerais, para ocupar o cargo de suplente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, na vaga do Partido da República.

Ofício do Deputado Nilson Leitão, justificando ausência nas reuniões ordinárias dos dias 23 de fevereiro, 5 de abril e 10, 18 e 23 de maio.

Ofício do Deputado Alceu Moreira, justificando ausência nas reuniões ordinárias nos dias 1º e 3 de março de 2016.

Ordem do Dia.



A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. General de Exército Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, Comandante Logístico do Exército e antigo Comandante Militar da Amazônia, convidado pela aprovação do Requerimento nº 231, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que o Sr. Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira foi convidado para prestar informações sobre o objeto de investigação desta CPI. Observa a Presidência que tal condição não lhe retira o dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Peço a atenção dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento da Casa. O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo o depoente ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e será encerrada no início da fala do depoente.

Durante a tomada de depoimento, poderão usar da palavra o Relator, por 30 minutos, o autor do requerimento, por 5 minutos, os membros da Comissão e demais Parlamentares, por 3 minutos. As perguntas ao depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente a palavra pelo mesmo prazo para obter esclarecimento enquanto não considerar satisfatórias as respostas do depoente às perguntas formuladas no tempo inicial.

Convido o Sr. Guilherme Cals a se fazer presente na mesa, para dar início ao depoimento. *(Pausa.)*

Sr. Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, informo que, pela aprovação do requerimento em plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, V.Sa. foi convidado a prestar depoimento perante esta Comissão. Em se tratando de inquérito parlamentar, registro o seu dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado. Nesse sentido, indago a V.Sa. se aceitaria prestar o compromisso oficial de dizer a verdade.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Sim. Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Muito obrigado.



Com a palavra o Sr. Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, pelo prazo de 20 minutos, prorrogáveis por esta Comissão, para fazer sua explanação.

Por favor, fique à vontade. A palavra é sua. Se V.Sa. quiser fazer alguma exposição, pode fazê-la de pé lá no quadro.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Eu tenho uma pequena apresentação para mostrar a todos os senhores. Primeiro, quero agradecer a oportunidade de estar aqui para falar sobre um assunto de que eu gosto. Eu tenho 6 anos de Amazônia Legal, 2 anos em Mato Grosso com General de Brigada, 2 anos como General de Divisão, comandando a 12ª Região Militar, no Amazonas, responsável por quatro Estados — Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia — e mais 2 anos como Comandante Militar de Área também do Comando Militar da Amazônia. Então, foi uma experiência de 6 anos, lidando com a FUNAI, lidando com o IBAMA, lidando com índios, com quilombolas, com problemas que dizem respeito à área de Mato Grosso ao norte do País, até o Estado de Roraima. Nós preparamos uma pequena apresentação. Não há uma sequência. São fatos que nós gravamos durante esse tempo em que eu permaneci na Amazônia. Então, gostaria de passar um pequeno filme que mostra a atuação do Exército.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Não é organograma. É tudo voltado para as questões indígenas dentro da área de atuação das nossas quatro Brigadas de Infantaria de Selva. Esta primeira que os senhores veem é localizada em Boa Vista, no Estado de Roraima. Os problemas que temos e que nos preocupam pela situação estratégica que seria a formação de uma nação ianomâmi junto com a Venezuela, parte da Colômbia e Estado de Roraima. Este é o nosso indígena Davi kopenawa, a quem eu prezo muito pelo trabalho que faz em prol dos índios. Passamos à área da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, na Região da Cabeça do Cachorro. Temos problemas com as FARC, problemas de demarcação de fronteiras. Ninguém sabe se está na Colômbia ou se está no Brasil. Os marcos distam 120 quilômetros uns dos outros, e há uma atuação muito grande das FARC em cima da *minería*, do garimpo, trocando o *modus operandi* do narcotráfico pela mineração em terras indígenas. Aqui a vocação da cidade de Mitú. Este é um armamento de brincadeira que os índios estão usando,



um armamento de madeira, feito para recrutamento dos nossos indígenas pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas. Este é o Patrulhamento que nós fazemos, chamado de Operação Escudo, em todos os rios da fronteira. Passamos à área do Alto Solimões com a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé. Este é o tráfico de madeira na região do Vale do Javari. A legislação peruana é diferente da nossa. Eles tiram a madeira do Brasil e esquentam no Peru. Animais silvestres. O terceiro maior lucro dos traficantes, depois do armamento e da cocaína, é o tráfico de animais silvestres. Apreensões de drogas é o crime mais comum no Vale do Javari. São mais de 10 mil hectares de plantações do lado peruano. E essas plantações já existem no lado brasileiro. E a mão de obra é o nosso indígena ticuna.

Esta é a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, na área de Porto Velho e Acre, na Ponta do Abunã. Temos problemas de garimpo ilegal, balsas em frente a Porto Velho, problemas na área indígena Tenharim Marmelo que culminou com um grande massacre de três civis e apreensão dos caciques indígenas por parte da Polícia Federal. Houve uma intervenção muito grande. Na época, o comandante ainda era o General Villas Bôas, hoje Comandante do Exército. E temos influência também do Sendero Luminoso, na área do Parque Nacional da Serra do Divisor, na fronteira do Brasil com o Peru.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou explicar sobre três itens que me preocupam muito quando nós falamos dos nossos índios: saúde, educação e cultura — até que ponto nós temos que preservar essa cultura do infanticídio, quando uma das crianças nascidas de um mesmo parto está com o espírito do mal ou a criança que nasce com paralisia cerebral tem que ser morta, e vou encerrar mostrando aos senhores um pequeno filme sobre isso — e exploração econômica em terras indígenas. Nós estamos perdendo muitos recursos com o contrabando ilegal nessa área rica do nosso Estado. Vou conversar sobre um problema que está em pauta agora, que é a criação de uma terra indígena em Pacaraima. Nós já temos o Estado de Roraima totalmente tomado por terras indígenas, por áreas de preservação. Inclusive o Parque Nacional do Lavrado deixaria praticamente inviável esse Estado, que já depende da energia de Guri, da Venezuela, e está sofrendo com os apagões por um problema no Linhão de Tucuruí, que não consegue chegar a Boa Vista por causa da



Terra Indígena Waimiri Atroari. Então, aqui há todo o histórico do Município de Pacaraima, onde fica a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, demarcada em terras contínuas, e a Terra Indígena São Marcos. E há a Terra Indígena Ianomâmi. E aqui embaixo eu coloco a Terra Indígena Waimiri Atroari. Já existe a BR-174. Não haverá desmatamento nem nada, para liberar o Linhão de Tucuruí e favorecer a energia no Estado de Roraima. Aqui é a área da nação guarani, já em Mato Grosso do Sul, uma área que eu conheço também. Eu comandeí em Mato Grosso. E nós temos preocupação com problemas com trabalhadores rurais e indígenas. O Exército já atuou aí, há pouco tempo, num trabalho de Garantia da Lei e da Ordem — GLO ou em apoio logístico de inteligência e comunicação às forças de segurança pública nessa área. Vemos aqui a Terra Indígena Apyterewa, no sul do Pará, que está dando um grande problema agora, com a mesma situação, entre índios e trabalhadores rurais. Temos apoio logístico, de comunicações e de inteligência às forças de segurança pública nessa área. Era no dia 31 de maio, mas foi prorrogada a atuação do Exército até o dia 8 de Junho. Aqui é para os senhores terem uma ideia da nossa fronteira. Isso aqui é só onde tenho os pelotões especiais de fronteira. Eu fiz um levantamento: são quase 10 mil indígenas sem certidão de nascimento. Eles não sabem se são colombianos, se são peruanos, se são brasileiros. São pessoas que vagam entre os dois países, e a ausência do Estado brasileiro faz com que ocorra isso aqui. Esse é um pequeno exemplo para terem noção do que acontece naquela faixa de fronteira. Aqui São Gabriel da Cachoeira, um dos maiores Municípios do País e com maior número de indígenas. São 23 etnias. Estes 4 idiomas são oficiais em São Gabriel da Cachoeira: português, baniwa, nheengatu e tucano. Quanto ao problema do Linhão de Tucuruí, essa foto mostra que já chegou a Manaus. Ele tem que subir de Manaus a Boa Vista, ao longo da BR-174. A Terra Indígena de Waimiri Atroari é a mais bem administrada do País. Eu vou mostrar mais à frente. Porfírio Dias é um indigenista que trabalha lá e tem um trabalho excepcional. Estive com ele várias vezes. Ele recebe recursos de algumas empresas que se estabeleceram e que usam a terra indígena como a mina de Pitinga ou a Vila de Balbina, ou cabo de fibra ótica da Oi que passa no interior de suas terras. Aqui é uma coincidência dos nossos recursos minerais com as terras indígenas. Em azul, são os recursos minerais e, em vermelho, são as áreas indígenas



na grande área do nosso País. E há uma coincidência, exatamente para falar da exploração econômica. Temos aqui, tirada do *A Crítica*, jornal de maior circulação do Estado do Amazonas, a reportagem *Nossa riqueza roubada*. Isso aqui é nióbio e essa é a apreensão que nós fizemos no ano passado de uma tonelada de nióbio — ele estava debaixo da piaçava —, na região de Barcelos, na Serra do Aracá, próximo ao leito do Rio Negro. Foi uma apreensão conjunta da Polícia Civil, com poder de polícia judiciária, e o apoio logístico do Exército Brasileiro, conforme os senhores podem ver. Uma tonelada de nióbio, dentro da piaçava, na região de Barcelos, onde há o maior índice de trabalho escravo do País. Aqui são as barcaças com os minérios, circulando sem controle, a meu ver, de onde foi extraído esse recurso mineral e para onde ele vai. Aqui mais de uma tonelada de cassiterita, garimpo clandestino. Já estou falando de Rondônia. Vejam a atuação combinada: órgãos de segurança pública mais Exército Brasileiro. Tráfico ilegal de madeiras no Vale do Javari. Como disse, a madeira é extraída no nosso território e esquentado no Peru, porque a legislação peruana é diferente. Plantação de cocaína nas margens do Rio Javari em grandes quantidades, 10 mil hectares, levantados pela Polícia Federal na Operação Trapézio. São operações da Polícia Federal brasileira e das polícias peruana e colombiana em conjunto. Eles se preocupam muito com a destruição dos laboratórios, mas a plantação está lá, continua lá. São os maiores produtores de cocaína a Colômbia e o Peru. Dez mil hectares só nessa área do Vale do Javari. São declarações do Sr. Mário Sposito, que os senhores vão ver mais à frente. Há um filme aqui sobre a questão indígena que eu gostaria de passar para exemplificar. Este os senhores conhecem, grande líder indígena: Álvaro Tukano.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARGAS DE OLIVEIRA - Essa reunião foi provocada pelo Álvaro Tukano, na sede do comando da Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira. Presidente General Barros e seu oficial de inteligência. Em Maturacá, há microusinas. São seis microusinas na Cabeça do Cachorro e na área de Roraima que fornecem energia às comunidades. Essa é uma comunidade ianomâmi, que fica próxima a Maturacá. Como a microusina parou de funcionar por falta de manutenção, eu queria passar essa microusina para Amazonas Energia, mas não posso, porque nem a FUNAI nem o



IBAMA permitem. Eles têm suas razões, não estou criticando ninguém, mas quero me colocar na situação do índio. Esse pequeno filme vai mostrar a revolta dos ianomâmis em pintura de guerra.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Meus senhores, quero fazer uma colocação. Esse ianomâmi, culturalmente falando, é completamente diferente do ianomâmi de Roraima. A começar pela maloca em que ele mora, pelo tipo de alimentação dele, é outro ianomâmi. Não é a mesma etnia, só tem o mesmo nome. Quero mostrar que na comunidade dos waimiri atroari, que recebe *royalties* dessas empresas de que eu falei, há 25 anos não há incidência de doença autoimune, porque eles têm recursos. Eles têm controle total de doença respiratória, malária, doença endêmica, têm boa nutrição, 100% do povo é vacinado, e todo o controle de saúde é informatizado. Há até câmeras em cima da BR-174, que é para marcar a mortandade de animais. Eles proíbem o trânsito à noite, porque o animal passa na BR-174 e é encadeado pelo farol dos caminhoneiros. Por isso, há muita matança de animal por atropelamento. Eles são autorizados a fazer isso. Eles não cobram pedágio, apenas controlam a fauna e flora dessa região muito bem. Esses são os waimiri atroari. Agora, um dado que me preocupa é o alcoolismo nas terras indígenas. Nós fizemos um controle na Ilha das Flores, no Alto do Rio Negro, para pegar drogas. Pegamos por mês mais de 5 mil garrafas de cachaça, que eles chamam de “gorotinho”. Isso aqui vai influenciar na violência, na subnutrição e no alto grau de suicídio por enforcamento. Eles pegam uma corda, penduram-se e matam-se pela falta de perspectiva, pela falta de trabalho e também pelo uso do Bolsa Família. Eles nem levam mais o cartão para a tribo, já o deixam com o comerciante, em São Gabriel. Na época do pagamento, enchem São Gabriel com lonas azuis para que o comerciante lhes passe aquilo que têm direito, tendo em vista o Bolsa Família, um excelente programa social do Governo, mas que, no meu entendimento, para o índio, está sendo mal gerenciado. Aqui nós vemos o problema da nação ianomâmi, cujo defensor é o Davi Kopenawa, na área de Roraima e da Venezuela. Estrategicamente, isso nos preocupa e, portanto, temos que acompanhar a situação pelo fato de atentar contra a soberania nacional. Aqui está o problema dos índios isolados. Nós queremos preservar o cuidado desses índios



junto com a FUNAI. Normalmente a FUNAI, pela falta de capilaridade, de efetivo e até de meios para chegar a essa área, utiliza as aeronaves do Exército. Nós apoiamos os nossos amigos da FUNAI, com o maior prazer, a preservarem esses índios, porque o avanço da exploração de madeira e do petróleo, do narcotráfico e da construção próxima dali está acabando com eles. Isso acontece mais no sul do Acre e no sul de Rondônia, na Ponta do Abunã, o que nos preocupa muito. Esta é uma iniciativa para proteção dos indígenas no Alto Solimões. Eles criaram a PIASOL — Polícia Indígena do Alto Solimões. Lá eles usam farda e tudo o que têm direito para protegê-los. Existe a preocupação de preservar essas culturas, o que acho válido. Temos apoiado muito isso. Não sei se o Estado brasileiro tem conhecimento dessa iniciativa. Esse é o Projeto de Lei nº 1.610, de 1996 — isso é uma reunião em São Gabriel da Cachoeira —, que regula a exploração econômica em terras indígenas. Nós temos que dar um jeito de tocar este projeto de lei, porque estamos perdendo recursos minerais para os contrabandistas, para as FARC, para o Sendero Luminoso. Nós não entramos lá, não podemos sequer tirar uma amostra de rocha para pesquisar quanto há de urânio, de nióbio, de terras raras, de ouro e de outras coisas mais. Havia um general nosso presente nessa audiência pública, em 15 de maio do ano passado. *Favela Amazônia* é um filme feito pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão*, lá no Alto Solimões, na região de Tabatinga, e mostra o descaso com a nossa fronteira. Isso é lá na Selva Amazônica.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Normalmente, nós temos a presença de autoridades estrangeiras sem o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores, sem o conhecimento do Exército Brasileiro e sem o conhecimento da Polícia Federal. O líder indígena vai ao exterior, vai à Europa e traz o rei da Noruega para visitar a terra ianomâmi. Existem problemas de índios sem locais para dormir, de exploração sem controle, de degradação ambiental das terras indígenas, por falta de fiscalização, por falta de presença do Estado brasileiro. Este é o pedágio indígena, o grande problema que nós tivemos no Tenharim Marmelo: um barril de pólvora, e continua o mesmo problema. Nós não colocamos uma delegacia lá para apoiar os indígenas tenharim marmelo. Ainda em Rondônia continua o problema dos Cinta Larga. Os senhores se



lembram daquele massacre dos garimpeiros. Nós não fizemos nada, continua a mesma coisa. Aqui é outro barril de pólvora. E encerro aqui a minha apresentação, com um pequeno filme da cultura de recrutamento dos nossos indígenas por movimentos revolucionários.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Será que a Amazônia está protegida? Essa a indagação que eu faço. São dois indígenas kaxinawá, da área do Acre. Eu pareço um gigante na frente deles. Eu sou muito baixo, só que com essa altura, com esse tamanho eles são os melhores combatentes que nós temos. Entram na selva e saem dela sem GPS, sem nada, não se perdem, conhecem pegadas, são essenciais para o Exército Brasileiro. Esta é a terra indígena que deu certo: Waimiri Atroari, com todos esses itens que eu coloco. Vejam o cuidado que nós temos. Essa indígena estava morrendo. Este aqui é o General Médico do Exército Brasileiro, General Iglesias, que é o nosso assessor médico para toda a Amazônia. E ele tem que ter todo o cuidado, em respeito à cultura do índio. Ele não toca no doente sem antes pedir permissão ao acompanhante ou à família. Não se leva uma criança indígena sem levar a família também, o que dificulta muito o resgate, uma vez que nós temos poucos recursos de aeronaves, de asa rotativa, de asa fixa. E, ou vai a família, ou morre todo mundo. Temos que respeitar essa cultura. Aqui já a senhora — depois de autorizado, no nosso hospital, em São Gabriel da Cachoeira — fora de perigo. Este caso é da índia Sandrinha, da etnia Dow, de uma comunidade próxima a São Gabriel, que tem paralisia cerebral. Ela foi jogada no lixo! Algumas irmãs a trouxeram para aquela comunidade. Ela estava abandonada. Nós adotamos essa menina, compramos uma cadeira de rodas e fazemos o trabalho de fisioterapia. E nós veremos um pequeno filme que mostra a alegria dessa criança que tem paralisia cerebral.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Descobrimos os pais dela. Duas vezes por semana essa militar vai lá. Vejam que a mãe não deixa que a militar a leve, é a mãe que a leva. Há uma caminhada na selva, depois chegamos a uma voadeira e fazemos o transporte pelo Rio Negro. Ela estava com pneumonia em alto grau. Na casa dela, nós fizemos até um piso de



cimento para proteger a saúde dessa índia. Até que ponto vamos preservar essa cultura ou vamos apoiar essas crianças? Bom, minhas senhoras, meus senhores, era isso o que queria mostrar. Desculpem-me se passei um pouco do tempo. Mas esse passeio pelas aldeias indígenas é para que os senhores tenham um pouquinho mais de conhecimento, para acrescentar ao muito que as senhoras e os senhores já sabem sobre o problema por que passam os índios, a FUNAI, o IBAMA e o ICMBio nessa região tão distante do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, General Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira.

Deixo a palavra à disposição da relatoria, pelo período de 30 minutos, para fazer seus questionamentos.

Tem a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. General, a quem quero agradecer a presença, eu vou discorrer sobre algumas questões, e serão passados alguns eslaides no nosso telão, para que o senhor possa colocar um pouco mais com esta CPI.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro eslaide já aparece no telão. Em 2004, a revista *Veja* publicou uma foto com militares brasileiros hasteando o Pavilhão Nacional diante da sede de uma ONG, na área ianomâmi, onde antes havia somente o símbolo da comunidade europeia.

Primeira pergunta: há exemplos mais recentes que guardem alguma semelhança com esse episódio?

Segunda: qual a percepção do Exército Brasileiro, não só na Amazônia, mas também em todo o território nacional, sobre as ONGs estrangeiras e mesmo de ONGs ditas brasileiras, mas verdadeiras ONGs “cavalos de Troia” — entre aspas — que recebem substanciais recursos de governos e fundações estrangeiras, atuando fortemente na demarcação de terras indígenas e quilombolas?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Muito obrigado pela pergunta, Deputado. Excelente. Eu nunca vi, nos meus 6 anos de Amazônia, nenhuma bandeira da União Europeia hasteada em território brasileiro, e, sim, uma bandeira da Colômbia, na comunidade Camanaus, porque não se define a



fronteira. Quando eu falei que nós temos distância entre os marcos de 120 quilômetros na Selva Amazônica, fica difícil saber o que é Brasil e o que é Colômbia, o que é Brasil e o que é Venezuela. Esse é outro caso, é demarcação de fronteira. E uma escola foi construída parte em território colombiano, parte em território brasileiro. E a bandeira da Colômbia estava totalmente localizada em território brasileiro. Nessa escola, só se falava espanhol, porque a atração maior era a cidade de Mitú. De Camanaus, de São Joaquim, de Nova Jerusalém a Mitú são 2 dias de barco. Se for para São Gabriel, são 5 dias. Então, há uma atração natural pela Colômbia. Essa bandeira foi devidamente mudada de lugar, e nós hasteamos — inclusive, há um filme com isso aí — o Pavilhão Nacional. Mas da Comunidade Europeia, da União Europeia, nunca vi. As ONGs são organizações não governamentais. Em São Gabriel, nós temos exemplos de excelentes ONGs, como é o Instituto Socioambiental, como é a FOIRN, que trabalham na atenção a esses indígenas. E é importante que se fale também nos pastores evangélicos — Pastor Marcos, Pastor Marcelo —, na Comunidade Salesiana, que faz um trabalho muito bonito em prol dos nossos indígenas. Também poderia citar os Médicos Sem Fronteiras, os Expedicionários da Saúde, de São Paulo, que são as ONGs com as quais eu mais trabalhei, as que o Exército apoia, colocando médicos para ajudar, armando barracas, apoiando o atendimento aos índios. Se há ONGs que têm outros interesses, eu não tenho ciência e não as acompanho.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria que se apresentasse o eslaide 2.

Criado em 1985 pelo Governo Federal, o Programa Calha Norte, sob a coordenação do Ministério da Defesa, tem como objetivo principal a manutenção da soberania da Amazônia, contribuindo com a promoção do seu desenvolvimento ordenado, sustentável, e prevê a participação de vários órgãos federais.

Como está o desenvolvimento desse programa? Essa é a primeira pergunta. É correta a percepção de que praticamente só as Forças Armadas têm cumprido a contento sua parte nesse programa, com os demais órgãos falhando na sua participação?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Muito obrigado pela pergunta. O Programa Calha Norte vem de governos passados; data



de 1985. A ideia era vivificar as fronteiras, com a presença de todos os Ministérios, de todo o Estado brasileiro lá. Inclusive, quando foi construído o pelotão, nós tínhamos um pavilhão de terceiros, que era para abrigar os Ministérios da Saúde, da Educação, que iriam com escola, saúde e outras coisas mais. Realmente, esse pavilhão não foi ocupado até hoje. O Programa Calha Norte nos apoia e muito. São os recursos que nós temos. Inclusive, ele tem uma vertente militar e uma vertente civil. Os recursos da vertente militar são empregados diretamente nessa vivificação das nossas fronteiras. Estamos implantando energia alternativa, energia solar, instalando poços artesianos em toda a Amazônia. Por incrível que pareça, na maior reserva de água doce do mundo, não temos água potável. É preciso ter poço artesiano em todos os lugares e energia alternativa, porque a outra energia é a de gerador, que polui e que não nos dá energia durante o dia inteiro. A energia é racionada. Então, existe uma trilogia na Amazônia: água, energia e comunicações, para darmos, primeiro, dignidade ao povo que está lá. O Programa Calha Norte nos permite isso. Eu fiz uma solicitação, inclusive, de que a vertente civil, que devolve dinheiro todo ano, passe esses recursos para a vertente militar, porque com certeza esse dinheiro vai ser muito bem empregado na melhoria dos nossos aeroportos, das pistas de pouso, na melhoria dos nossos rios, que não são muitas vezes navegáveis, dependendo da vazão e do regime. Então, é importante que consigamos melhorar isso. Atrelado ao Programa Calha Norte, na Amazônia, existe agora o Pró-Amazônia, programa semelhante ao que a Marinha faz na Antártica. Todos os estabelecimentos militares estão abertos aos pesquisadores. A logística é toda por nossa conta, para que eles vão lá conhecer a biodiversidade, conhecer a cultura indígena, trabalhar nesse mister, porque é muito importante conhecermos para podermos defender. Então, a estratégia do MCTI tem que estar atrelada à do Ministério da Defesa, porque hoje eu não conheço o que eu tenho lá. O Programa se chama Pró-Amazônia. Já funciona desde o ano passado. Hoje há 12 pesquisadores ocupando pelotões nossos, pesquisando o problema da água, que está sendo poluída pelo mercúrio do garimpo; pesquisando o uso de inseticidas, que está matando os nossos indígenas. Inclusive, o uso de agente desfolhante na Colômbia está poluindo nosso rio. Já temos casos de crianças nascendo defeituosas por esse problema. Outro que também vem atrelado ao Programa Calha Norte é o Programa



Amazônia Conectada, com o lançamento de 7.800 quilômetros de cabo de fibra ótica fluvial. Já chegamos a Tefé e, até o final do ano, vamos chegar a Tabatinga. No ano que vem, vamos passar para a Calha do Rio Negro e vamos atingir 52 Municípios do Estado do Amazonas, dando dignidade com a comunicação, com a Internet de banda larga para todos os ribeirinhos. Por onde passar esse cabo, poderá ser puxado um ramo para levar a comunicação a esse povo, para usarem o Telessaúde, a Telemedicina e o Tele-Ensino.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu agradeço.

No eslaide 3, é indiscutível o interesse internacional sobre a Amazônia. Isso é consenso, pois essa área é vista por muitos como a última área vazia do planeta para fornecer matérias-primas para o mercado mundial, além de reserva estratégica para o suplemento de água.

Eu faço duas perguntas. Como enxergar a demarcação de terras indígenas sobre áreas geográficas com vastos recursos minerais, fundamentais para a projeção de poder do País e com uma grande importância estratégica, assim como criando óbices e projetos de grande envergadura estratégica e econômica para o Brasil, como rodovias, usinas hidrelétricas e torres de transmissão de energia?

E a segunda pergunta é ligada à pergunta anterior. Como enxergar a questão do trânsito da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, e da linha de transmissão que deveria levar energia de Tucuruí até a capital de Roraima?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - No ano passado, eu fui convidado pelo Deputado Estadual Sinésio Campos, do PT do Amazonas, para falar no Parlamento Amazônico. O Parlamento, o senhor sabe, é a reunião de todos os Deputados Estaduais dos nove Estados da Amazônia Legal. Eu falei da estratégia chamada Guerra de Fronteira. E, nessa guerra, nós estamos perdendo muito. E a consequência de nós, órgãos de segurança pública, estarmos perdendo essa guerra é a violência nos grandes centros. Quando eu vejo o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro falar que foram apreendidos 115 fuzis AK-47, de origem russa, vejo que esses fuzis tiveram uma origem, eles vieram da Venezuela, em papa tangos, essas aeronaves que fogem aos radares de grande altitude. Eles vêm em aeronaves que voam em baixa altitude, e o Brasil está totalmente desprotegido desse tipo de agressão ao nosso território. E aí vem a



exploração dos recursos minerais, como o senhor também perguntou. As FARC estão mudando seu *modus operandi*, como eu falei. Em vez de investirem no tráfico de drogas, porque sabem que se forem apreendidas serão extraditadas para os Estados Unidos, elas estão indo para os recursos minerais. Nós fizemos duas grandes operações com o exército colombiano e com o exército peruano na fronteira para intensificar a proteção em ambos os países. Não adianta só eu proteger, se a Colômbia e o Peru não estiverem fazendo a mesma coisa. Então, é importante irmos juntos, com operações combinadas. A própria Colômbia já está introduzindo o português na sua escola militar. Nós estamos estudando um dialeto indígena na nossa escola militar, para que possamos falar a mesma linguagem do indígena, para que possamos prepará-lo, a fim de que não seja alvo fácil da exploração de outros que não tenham interesse no progresso do País. Então, essa guerra de fronteira, que engloba tudo isso que foi colocado aqui, nós estamos perdendo. Quando à BR-174 — por que nós vamos falar da BR-319? —, a estrada já está lá, pronta, é só fazer a manutenção. O Exército quer fazer a manutenção dessa estrada, que liga Manaus a Porto Velho, e nós teríamos uma ligação saindo para o Atlântico, quase do Pacífico, vindo pelo Peru, que facilitaria o escoamento dos grãos produzidos no Centro-Oeste. Agora, em Manaus, em Autazes, foi descoberto o maior polo de potássio do Brasil, que está a 800 metros de profundidade. Esse polo vai de Manaus até Alter do Chão. A Potássio do Brasil já está lá, já tem a licença ambiental, está explorando. Então, numa visão estratégica, as barcaças que sobem do Centro-Oeste até Itacoatiara para exportar os nossos grãos voltariam com o potássio, com o fóssil.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Qual é a região? Só repita, por favor, General.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - É Autazes, no Estado do Amazonas.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Autazes?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Autazes. E essa BR-319 é muito importante, porque ela é opção ao Rio Madeira. O Rio Madeira, muitas vezes, tem muito banco de areia, e a navegação quase ficou prejudicada agora no início do ano por causa da estiagem. Então, a BR-319 é



importantíssima. Ela é estratégica, está aberta, e nós queremos colocar um batalhão de engenharia de selva no meio, para preservar o meio ambiente de futuras outras explorações que não sejam o desenvolvimento sustentável do nosso Amazonas. A BR-174 já existe e está funcionando muito bem. É a ligação de Manaus a Boa Vista, saindo até a Venezuela, em Caracas e em Santa Elena de Uairén, na fronteira com Pacaraima.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mas não existe nenhum conflito com essa rodovia?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Muito.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É isso o que nós queremos ouvir.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Os waimiri atroaris, todas as vezes que nós trabalhamos nesse sentido, ou muitas vezes, tomam iniciativas que prejudicam o ir e vir do nosso brasileiro, do elemento que leva uma grande carga de alimento para Boa Vista. Por algum momento ou outro, eles alegam que está havendo muita morte dos nossos animais e fecham a rodovia. De 18 horas até as 6 horas da manhã, a rodovia fica fechada. Isso não acontece para a Polícia Federal nem para o Exército Brasileiro. Mas, com outro tipo de atividade, muitas vezes nós ficamos à mercê do Porfírio e do Tuxaua, líder dos waimiri atroaris. Continuo dizendo: é a reserva indígena mais bem administrada do nosso País.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - No eslaide 4, vemos que, na Amazônia, quase toda a nossa faixa de fronteira está delimitada ou sendo delimitada como terra indígena ou unidade de conservação e até território quilombola, e o processo é crescente.

Agora, há a pretensão de ser criada uma terra indígena que fará sumir do mapa o Município de Pacaraima, num processo que tende a juntar as terras indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami, o que fechará completamente a fronteira de Roraima.

Faço as seguintes perguntas. Não há total incoerência em se falar em vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, como preconiza a estratégia nacional de defesa, e ao mesmo tempo criar bolsões étnicos e ambientais, que impedem a vivificação e o desenvolvimento?



O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARD DE OLIVEIRA - Um dos primeiros eslaides mostrou exatamente o Município de Pacaraima, um dos Municípios que querem transformar em terra indígena. Querem unir a terra indígena yanomami com a Raposa Serra do Sol e a Reserva São Marcos. Eu falei no início que, se fizerem isso, inviabilizarão o Estado de Roraima. O Estado de Roraima ficará inviabilizado pela quantidade de áreas de preservação, áreas de conservação, floresta nacional e reservas indígenas. Não há como, economicamente, o Estado de Roraima sobreviver. Tivemos um exemplo claro disso na demarcação da Raposa Serra do Sol em terras contínuas. Muitos fazendeiros que plantavam arroz ficaram destruídos, e o índio, que era a mão de obra, hoje pede esmola e bebe cachaça em Boa Vista. E não há ninguém olhando por esse indígena. Ele hoje pede esmola, toma cachaça, embriaga-se e morre, porque não há emprego para esse indígena. Nós praticamente inviabilizamos o Estado de Roraima. E no sul de Roraima, onde existe um pouco de terra, estão fazendo um desmatamento descontrolado com a exploração da madeira. Então, nós temos que reforçar o IBAMA e a FUNAI com gente para fiscalizar, porque senão nós vamos acabar com o Estado brasileiro chamado Roraima.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Há uma pergunta bastante , que nós fizemos ao ex-Ministro Aldo Rebelo e também ao ex-Ministro Nelson Jobim.

Pela sua experiência, vivida nas fronteiras, o senhor é a favor de que se habitem essas regiões de fronteira ou de que elas fiquem cada vez mais com reservas ambientais e indígenas, deixando-as descobertas da habitação, da criação de Municípios e desse setor de desenvolvimento econômico?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARD DE OLIVEIRA - Quanto à opinião do Ministério da Defesa, o ex-Ministro Aldo Rebelo escreveu um livro sobre isso. Ele é muito claro ao colocar a opinião dele, que é a mesma nossa. Nós temos que vivificar, nós temos que habitar a fronteira, porque se nós não a habitarmos haverá gente habitando no nosso lugar. Não existe vazio de poder. Se nós não fizermos isso, haverá um estrangeiro lá tirando. Senhores, eu fiquei hospedado em um hotel de selva abandonado, próximo a Serra do Aracá, na fronteira com a Venezuela, chamado Rio Negro Lodge. De 1995 a 2005, os americanos ocuparam esse hotel e depois o abandonaram. Dez anos é o tempo normal para que uma



pesquisa dê frutos. Abandonaram o hotel, mas não tiveram o desprante de acabar com o laboratório, de tirar alguns materiais de pesquisa. Eles o abandonaram. Acabou, não os interessava mais. Foi o que eles fizeram com o sangue yanomami, que agora o Davi Kopenawa conseguiu trazer, porque tirou o sangue do índio, tirou a alma do índio! Então, existe muita coisa que, se nós não estivermos presentes, não estivermos morando na fronteira, nós vamos perder. Então, quando o Comandante do Exército fala em déficit de soberania, eu sou um pouco mais radical: nós não temos soberania na faixa de fronteira da Amazônia

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Qual é o nome dessa área indígena onde está havendo desmatamento no sul de Roraima?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Não, não é terra indígena. Está havendo um desmatamento perto de Rorainópolis, ao longo da BR-104.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não é área indígena.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Não é área indígena. É Rorainópolis.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - General, é possível traçar considerações de natureza estratégica e geopolítica do que hoje ocorre na faixa de fronteira amazônica?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - O senhor poderia repetir a pergunta, por favor, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A pergunta é simples: é possível traçar considerações de natureza estratégica e geopolítica do que hoje ocorre na faixa de fronteira amazônica?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Olha, preocupa-nos muito. Ano passado nós tivemos uma iniciativa do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, de fazer o Corredor Triplo A, unindo Andes e Amazônia ao Atlântico. Só que essa ideia dele envolve quase 70% de território brasileiro, 20% de território colombiano e um pouquinho da Venezuela. Assim até eu quero fazer um Corredor Triplo A. Preservar assim, usando o país do outro... Outro problema que nos preocupa muito nessa área estratégica é que grandes potências, como Alemanha e Inglaterra, colocam na sua estratégia nacional, abertamente, o



uso dos recursos, da matéria-prima existente na Amazônia. Eles falam em preservar esses recursos para utilizá-los futuramente. Está lá, é só os senhores pesquisarem na Internet. É estratégia da Inglaterra, do Reino Unido, da Alemanha, dos Estados Unidos preservar a Amazônia para, quando acabar tudo, virem para a Amazônia pegar o que lá tiver. Então, se eu não pensar em ocupar, em desenvolver, eu vou perder.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esta pergunta, que está na sequência, praticamente completa: como enxergar a presença, de forma direta ou indireta, de potências da OTAN em nossa fronteira norte, tendo em vista que o novo conceito estratégico da OTAN considera que a sua atuação deve levar em conta o contexto global de um mundo multipolar e interdependente, e que ela não deve agir apenas na sua própria área?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Isso nos preocupa bastante porque, muitas vezes, nós esquecemos que nós fazemos fronteira com uma grande potência europeia. Nós fazemos fronteira com a França. A Guiana Francesa é da França. Então, nós temos constantemente a presença do exército francês. Nós temos um excelente relacionamento, fazemos exercícios conjuntos, mas temos um problema sério: o garimpo. Nós temos mais de 6 mil garimpeiros atuando descontroladamente na fronteira da Guiana Francesa com o Brasil. E, por vezes, eles entram em território brasileiro para prender os nossos garimpeiros e usam de força exacerbada. Isso causa alguns problemas no relacionamento com a França, e nos preocupa bastante.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eslaide 5: essas unidades de conservação, terras indígenas e remanescentes de quilombos na fronteira norte não seriam indícios de uma ação preliminar para a formação do Corredor ecológico Triplo A, cuja ideia foi lançada no ano passado, embora algumas ONGs, no plano interno, recebendo financiamentos externos, já falassem da criação de corredores ecológicos na Amazônia?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - É, eu acho que respondi na pergunta anterior, quando falei do Presidente Juan Manuel Santos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Isso.



O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - A ideia dele era levar isso para a COP21, que aconteceu em dezembro do ano passado, em Paris. Mas a atuação do nosso Ministério das Relações Exteriores, alertado pelo Ministério da Defesa, evitou que isso fosse à frente. Eu acho que isso, hoje, não tem mais repercussão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eslaide 6: no Brasil não estão sendo criadas por ONGs e pelo próprio Governo circunstâncias que, no futuro, servirão para justificar uma intervenção estrangeira sob o manto das novas concepções diplomáticas e das causas nobres, como a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - É bem provável que, em razão dessa cobiça internacional em cima da Amazônia, futuramente, queiram delimitar uma área de preservação de interesse mundial e uma força da OTAN ou da Organização dos Estados Americanos queira ocupar o nosso País em nome do meio ambiente, em nome da preservação. O Exército, junto com o Ministério da Defesa, desenvolve uma estratégia chamada Estratégia da Resistência, em que nós passaremos a atuar como uma força insurgente, porque nós não temos tecnologia nem poder de combate para enfrentar os Estados Unidos ou os países da Europa. Mas, como ocorreu no Vietnã, como ocorre no Iraque e no Afeganistão, uma força de ocupação tem que ser muito boa para vencer uma força insurgente que conhece a área, que domina o idioma, que sabe todos os labirintos daquela Amazônia e que tem no índio um apoio. Eu acho difícil qualquer força de ocupação em território brasileiro ter sucesso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mas quando se dá toda essa autonomia, liberdade, e quando o próprio Brasil não cumpre o seu papel, acaba abrindo as portas para que isso ocorra. Quando acordar, pode, de fato ver tomando conta de tudo isso os nossos amigos estrangeiros. Quando o Brasil não faz a sua parte...

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - É, o dever de casa. Mas pode ter certeza de que o Ministério da Defesa está fazendo o dever de casa muito bem. Nós temos um levantamento, o nosso sistema de inteligência militar acompanha, como é dever de todo sistema de inteligência de um país



soberano, esses interesses. Nós, naquela faixa de fronteira, temos vários grupos de operações de inteligência trabalhando em conjunto com a Agência Brasileira de Inteligência, em conjunto com a Polícia Federal e com os órgãos de segurança pública.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

Eslaide 7: na questão do Pirara, um dos fatores determinantes para o Brasil perder para a Inglaterra considerável parcela do que é hoje o Estado de Roraima, restando-nos apenas um pedaço onde hoje se encontra Raposa Serra do Sol, foi a declaração de cinco índios da região de opção pela soberania da Rainha da Inglaterra.

É possível traçar um paralelo entre a questão do Pirara e movimentos indigenistas e ambientalistas que hoje vicejam no País?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - É possível. Preocupam-nos dois pontos que eu coloquei na minha rápida apresentação: a nação ianomâmi e a nação guarani. Por que nós temos que aderir ao Davi Kopenawa, que é meu amigo particular, para que ele se junte com a Venezuela e vá fazer uma nação dentro da Venezuela e do Brasil, ou uma nação guarani dentro do Brasil e Paraguai? Preocupa-nos. E acompanhamos esses movimentos, que têm o apoio do Rei da Noruega e de outros líderes de ONGs. E o Príncipe da Inglaterra, Príncipe Philip, já veio várias vezes aqui, patrocinado por algumas lideranças indígenas que para mim estão na contramão da história.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É possível traçar um paralelo entre aqueles cinco índios da questão do Pirara e os índios que hoje são frequentemente levados à Europa e aos Estados Unidos para tratar com autoridades das potências do Hemisfério Norte?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Aquilo foi em fins do século XIX, começou em 1904, já no início do século XX, quando, efetivamente, essa área já estava sob o domínio do Brasil. Mas eu acho que a situação hoje é bem diferente, as comunicações, as informações, a opinião pública mundial influencia muito. Hoje nós estamos num mundo interconectado, é uma rede, uma grande rede, é a era do conhecimento. Então, acho difícil que a opinião pública mundial vá aceitar algum fato desse tipo.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eslaide 8: a conquista da Amazônia se fez sob o signo da cruz e da espada, e o militar, nos mais longínquos confins, apoiando com saúde, educação e outras formas de assistência social, representa, muitas vezes, a única presença do Estado, o que retrata, aí, o meu conterrâneo Marechal Rondon.

A pergunta que faço: como o Exército brasileiro atua para prover apoio de saúde à população indígena da Amazônia?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARGAS DE OLIVEIRA - Esse é o ponto forte do Exército Brasileiro na Amazônia. Os dois melhores hospitais do Estado do Amazonas são hospitais militares: o hospital de Tabatinga e o hospital de São Gabriel da Cachoeira. Aquela índia, Sandrinha, está sendo tratada no hospital de São Gabriel da Cachoeira. O hospital de São Gabriel da Cachoeira é uma dependência do Estado do Amazonas que conta com médicos militares. Deveriam estar lá médicos civis do Estado do Amazonas, que, muitas vezes, não comparecem. Para os senhores terem uma média, nascem de três a quatro crianças indígenas por dia. No dia 22 de outubro do ano passado eu completei mil partos em Tabatinga. Mil partos! Onde não existe pré-natal, onde não se sabe se a gente vai partir para uma cesariana, contando com apenas uma pediatra, um obstetra e um anestesista rodando direto. Mas nós fazemos questão de atender, porque, se não for a presença do Exército, não tem a presença de mais ninguém. Então, na saúde, o Exército realmente tem um papel destacado no Estado do Amazonas.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eslaide 9: as Forças Armadas, particularmente o Exército Brasileiro, têm sido utilizadas na desintrusão de habitantes de áreas que estão sujeiras ao processo de demarcação como terras indígenas.

A pergunta que faço: quanto ao mérito, qual é o posicionamento do Exército Brasileiro em face de ações assim? Não é de causar espécie o emprego das Forças Armadas em uma circunstância que coloca brasileiros contra brasileiros?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARGAS DE OLIVEIRA - A Lei nº 97, no seu art. 17 - A, coloca que o Exército, mesmo não sendo GLO — Garantia da Lei e da Ordem, pode dar o apoio logístico, o apoio de comunicações e inteligência às operações da Força Nacional de Segurança Pública, aos órgãos de Segurança



Pública. E isso é uma decisão do Poder Executivo. Não nos cabe dizer se sim ou não. O Comandante Supremo das Forças Armadas é o Presidente da República. Se ele determinar, assim o faremos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só quero aqui fazer uma correção, General. Nesse caso, realmente, diz a Lei Complementar nº 97, de 1999, que cabe o apoio logístico, mas essa previsão só tem amparo em face de delitos de repercussão nacional e internacional.

O próprio ex-Ministro Aldo Rebelo, de forma clara, era contrário ao envolvimento do Exército no caso de desintrusão, que seria trabalho para a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Força Nacional.

O SR. GUILHERME CALS THEOFILO GASPAS DE OLIVEIRA - Se nós tirarmos um fator chamado hierarquia e disciplina das Forças Armadas, nós vamos desestruturar toda uma organização que tem a maior confiabilidade da sociedade brasileira. Ele é Ministro, eu sou um cumpridor de ordens. Se o Presidente da República, que é o meu Comandante Supremo, analisar e achar que aquilo é de caráter nacional, e se nos der a ordem, através de um estado de defesa, estado de sítio ou ação subsidiária, nós temos que cumpri-la.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sem dúvida nenhuma. Eu estou dizendo que, em casos simples de desintrusão, como outros houveram, o Exército, que é o nosso grande orgulho, acaba fazendo um papel que talvez não precisasse.

O SR. GUILHERME CALS THEOFILO GASPAS DE OLIVEIRA - A população não mereça.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É, a população acaba desacreditando, e o Exército, sem dúvida nenhuma, é um grande orgulho para o brasileiro.

Eslaide 10: demarcações de terras indígenas na Amazônia foram promovidas sob o signo do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, o PPTAL. Este, por sua vez, fez parte dos 26 projetos e subprogramas do PPG7, o Programa Piloto do G7 para proteção de florestas tropicais do Brasil, proposto pela Alemanha na reunião do grupo dos 7 países industrializados, em Houston, Texas, Estados Unidos, em 1990. Foi aprovado pelo G7 e pela Comissão Europeia em dezembro de 91 e lançado oficialmente no Brasil na Rio 92. Foi financiado por doações dos países integrantes do G7, da União



Europeia e dos Países Baixos. O Banco Mundial administrava o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais, mecanismo criado para canalizar as contribuições dos doadores e prestar assistência técnica ao programa.

O eslaide 11 mostra que, mais recentemente, foi criado o Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, e que, além da PETROBRAS, os doadores são os Governos da Alemanha e da Noruega, com vultosos recursos sendo repassados para ONGs. Em 2012, só a Noruega passou 1 bilhão de dólares; 800 milhões acabaram ficando para o Brasil, e 200, na contrapartida, para atender florestas de outros países, e, no caso, foi escolhida a África. E isso ainda é uma caixa-preta. Nós não sabemos ainda como foi investido isso.

A pergunta formulada: sabendo que “*não há almoço grátis*”, de que adianta um discurso em favor da soberania nacional e de Forças Armadas equipadas com blindados, caças, submarinos, e assim por diante, quando a soberania nacional está sendo corroída internamente, a partir dos sucessivos Governos brasileiros que se curvam diante das diretrizes estabelecidas externamente?

O SR. GUILHERME CALS THEOFILO GASPAR DE OLIVEIRA - É uma pergunta bastante interessante. Eu não vejo dessa maneira. Eu participei de várias reuniões na Fundação Amazonas Sustentável, cujo Diretor é o Dr. Virgílio Viana e cujo Presidente é o ex-Ministro Furlan — e há dois artistas da *Globo* que são representantes —, que faz um trabalho muito bonito, sério, com apoio do Governo da Noruega, como foi colocado, e de outros países. Eu não vi um desvio desse dinheiro. A parceria que existe... Inclusive, a maior torre de observação foi feita agora na Reserva Uatumã. Eu estive presente, com o ex-Ministro Aldo Rebelo. É uma torre maior do que a Torre Eiffel, com mais de 300 metros, e praticamente construída pela Alemanha, junto ao nosso INPA — Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. E existem vários pesquisadores estrangeiros, como Philip Fearnside, americanos, de outros países. Nós não podemos ter a xenofobia de não aceitar a presença, porque nós também estamos lá fora.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Lógico

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - O Brasil está lá fora. Há uma evasão muito grande dos nossos cérebros para o exterior. Nós os aceitamos, desde que estejam sob nosso controle, desde que venham aqui e



saibamos o que estão fazendo. Não podemos aceitar uma TV japonesa dizer que vai fazer um trabalho sobre turismo e, na verdade, vai pesquisar nossas riquezas. Compete a nós fazer o dever de casa, ter o controle e a soberania. Parceria com países estrangeiros eu não vejo como preocupação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu também concordo, até porque sou a favor de estrangeiros investirem no Brasil.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu deixo as últimas perguntas ao General, que tem tanto conhecimento de indígenas, com os quais conviveu. Talvez seja um dos maiores conhecedores dessa etnia e, acima de tudo, desses brasileiros que merecem nosso respeito. O que o senhor acha desse modelo de demarcação de áreas? A demarcação de área indígena está dentro de uma linha de prioridade maior do que cuidar do próprio indígena?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Agora eu vou falar como General Theophilo. Nós fizemos recentemente, no final do ano passado, um simpósio de direito jurídico sobre faixa de fronteira. Contamos com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, e de outras grandes autoridades na área jurídica. Alguns deles foram muito sinceros. Eu não lembro quem disse assim: se eu soubesse que Raposa Serra do Sol não era selva, era cerrado, eu não tinha voltado por terra contínua.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Já me respondeu.

General, eu agradeço. Parabéns pela sua história, pela sua bela história. Com certeza, o senhor orgulha o Brasil e os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dando continuidade, vamos ouvir o autor do requerimento, Deputado Valdir Colatto, por 5 minutos, para fazer seus questionamentos ao General Theophilo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - General Theophilo, ouvi V.Sa. com muita preocupação. A sua explanação geral trouxe dados que nos preocuparam sobremaneira. E nos veio a pergunta: de tudo o que o senhor conhece, viu e sabe que está acontecendo nas fronteiras, principalmente na Amazônia — ouvi poucas explicações a respeito — que ações concretas do Exército para coibir o tráfico, as FARC, buscar a identificação da fronteira, etc., toda essa parafernália de



problemas? Que providências o Exército tomou? Tais ações foram comunicadas às autoridades competentes para que tomassem providências nesse processo?

Para nós, é terra de ninguém. Eu já estive na Amazônia, a convite do Exército, para fazer uma daquelas visitas, e pude ver de perto que realmente é uma situação inóspita, difícil, lá com a Colômbia e tal.

Será que o Brasil não tem interesse nessa parte rica e fantástica do nosso País, na Amazônia, no Norte, onde estão nossos minérios?

O senhor trouxe um dado aqui que me deixou assustado como agrônomo. Há 10 mil hectares de cocaína plantada? Isto abastece o planeta! E ninguém toma providência com relação a isso. Os três países limítrofes não tomam providências? A pergunta que eu lhe faria é: na prática, o que poderia se fazer? Foi encaminhada alguma solução? O que o Exército fez de concreto? O que as autoridades que levaram esse conhecimento puderam fazer nesse período, ou não fazem nada, a área está abandonada e realmente estamos entregando uma parte rica do Brasil, como é a Amazônia?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado. A pergunta é excelente. Eu não tinha falado disso na minha apresentação, porque queria focar o índio, a FUNAI, o INCRA e o IBAMA e não operações militares, pois poderiam achar que eu estava desviando o assunto. Mas eu poderia citar aqui uma infinidade de operações. Eu o convido para ir agora, no final de junho, conhecer a Operação Ágata 10, do Ministério da Defesa, que ocorre interagências, em toda a fronteira do País, desde o Comando do Sul até o Comando do Norte, envolvendo todos os Comandos Militares de Área. E por que é a rica essa operação? Porque é interagências: entram Polícia Federal, Polícia Civil, IBAMA, ICMBio, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal. Esta é uma delas e anualmente se repete. Há outras também, como a Operação Curare e a Operação Curaretinga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a data, General?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Agora em junho, mas não sei o dia de cabeça. Eu não sei se algum assessor meu poderia ver a data. Há, então, Curare, Curaretinga e Escudo, que ocorre diuturnamente na faixa de fronteira. E uma coisa ficou muito clara: é essencial que as Forças Armadas



tenham poder de polícia nessa faixa de 150 quilômetros, conforme a lei nos permite, mas também advogo o poder de polícia judiciária na faixa de fronteira. Muitas vezes nós estamos a 5 dias de barco de uma localidade onde há a presença da Polícia Civil, mas se eu prendo um narcotraficante, tenho 24 horas para entregá-lo à Justiça ou o libero. Esta é a nossa realidade, que não acontece no sul do País, pelo fato de as distâncias serem muito grandes no Norte e não termos outra maneira de nos locomovermos a não ser através de voadeiras, pequenas embarcações com Motor Yamaha 40. São diversas operações. Cito a Operação Trapézio, da Polícia Federal. O nosso sistema de inteligência, com a utilização da inteligência de sinais, monitoram todas as conversas. Agora faltam radares, falta um sistema de vigilância compatível com a Amazônia, que nos dê sensoriamento remoto, que nos dê balões aerostáticos para controlar essa área de difícil acesso, para que não haja o desmatamento. Então, só não vai haver desmatamento e só vai haver desenvolvimento sustentável com muita tecnologia. Precisamos investir nisso.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Obrigado.

General, eu vou fazer as perguntas e gostaria que o senhor as anotasse. Sei que o senhor é inteligente, nem precisaria fazê-lo, mas o meu tempo se encerra aqui e o tempo da resposta também está sendo contado. Então, ficou complicado.

Eu queria que o senhor falasse alguma coisa sobre o nióbio. O Brasil é o maior produtor e não exporta nada. A Alemanha não produz nada e exporta tudo.

Outra questão é sobre o Programa Calha Norte. O senhor falou aqui que sobra dinheiro para a área civil e falta para a área militar. Poderia explicar essa situação?

Qual é a proporção de militares indígenas na Região Norte? Eu estive lá várias vezes e vi bastantes indígenas soldados — inclusive, o senhor disse que são bons soldados. O Exército está preocupado realmente com a soberania nacional em relação à questão da nação guarani e da nação ianomâmi? Em que pé anda isso? Sou de Santa Catarina e sei que, lá no Sul, já existe até Constituição formada da nação guarani, e o Brasil entra com a maior fatia de terras, a gente sabe.

Ainda há essa discussão sobre a divisa de fronteiras. Com a tecnologia de que dispomos hoje — satélites e GPS —, não conhecemos as fronteiras do Brasil, por onde passa nossa fronteira do Brasil? Isto é preocupante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Em relação à Aeronáutica, não há controle em aeronaves de baixa altitude? Quer dizer, o traficante já sabe disso e o tráfico está solto, porque não há qualquer controle nesse processo.

Outra coisa que eu quero saber: como o Exército é tratado pelo IBAMA e pelos indígenas, nas áreas indígenas? Antes do Decreto nº 4.412, o Exército não podia entrar em áreas indígenas, até para a segurança nacional? Agora, o Supremo Tribunal Federal, com a decisão sobre o marco temporal e as condicionantes, autorizou, embora o Governo da ex-Presidente Dilma não tenha reconhecido isso.

Sr. Presidente, eu faria mais algumas questões., mas deixo essas para o General, agradecendo já as respostas.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado. Eu vou começar pelo nióbio. Realmente tudo hoje é nióbio, um mineral estratégico. Eu ouvi muitas palestras do geólogo Fred Cruz, do DNPM de Manaus. É impressionante a quantidade de geólogos na Amazônia sem fazer nada, porque eles não podem ir a esses locais ver pelo menos qual o tamanho dessa reserva de nióbio. Fala-se muito da Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos e da região denominada Cabeça de Cachorro. Existe muito nióbio por lá. Na Serra do Aracá, também existe muito nióbio. Talvez os estrangeiros saibam mais do que nós quanto há de nióbio lá. São 32 geólogos na CPRM sem fazer nada, dando cabeçada. Os processos de pesquisa na área indígena demoram séculos para terem uma solução. Então, nós estamos perdendo essa...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não autorizados?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Não autorizados.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Pelo IBAMA?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - É. São vários os órgãos, a FUNAI, o IBAMA. É a lei que diz isso, uma lei nos impede de ir lá pesquisar. Então não pode. O Programa Calha Norte é gerenciado pelo Ministério da Defesa, com vertente civil e vertente militar. A vertente civil é distribuída por todos os Municípios na faixa de fronteira para que possam fazer trabalhos de recuperação. E



se eu disser ao senhor, Deputado, que quase a totalidade dos Municípios do Estado do Amazônia, 61 ou 62, está inadimplente? Eles não podem utilizar esses recursos. Esse dinheiro bate e volta. Estou falando do Estado do Amazonas porque eu o conheço bem, sem dizer que a maioria dos Prefeitos não mora no local. Por isso é que eu advogo, já falei com o Ministério da Defesa, com o Brigadeiro Dantas, para que ele estude a possibilidade de, através de um projeto, de uma emenda, repassar esse dinheiro para as Forças Armadas, porque, com certeza, nós vamos comprar radares para baixa altitude. Nós já fabricamos um radar, o radar SABER, nacional, para baixa altitude, mas não temos recursos para colocá-lo nos pelotões de fronteira. Seriam detectadas todas as aeronaves de pequeno porte, Papa Tango, como nós chamamos. Seriam plotadas e haveríamos de avisar a Força Aérea, que, usando a Lei do Abate, poderia acionar e acabar com isso aí. Hoje na Amazônia são 20 mil homens, o efetivo que eu comandava, com 983 indígenas — não sei a incorporação deste ano — distribuídos pelos vários pelotões. Em Manaus, havia muita gente da etnia baré. É índio, está lá, e uma sargento com doutorado, baniwa. Trabalhou, e, acho, foi promovida a tenente temporária, tenente Lucy France. Trabalhamos muito com os indígenas. Nação guarani e nação ianomâmi. Há, por parte de determinadas lideranças, um interesse, mas nós acompanhamos; nós, brasileiros — entendo eu —, patriotas, com o patriotismo em alta consideração, jamais poderíamos admitir isso. O legado que os portugueses nos deram... Quanta gente morreu para termos o território que temos hoje? E admitir isso, acho, só na cabeça de gente que não pensa grande. Só quem não pensa em um País com toda vocação para ser uma grande potência no século XXI pode admitir um pensamento desses. Eu acho que isso está na cabeça de poucas pessoas e não tem condições de proliferar em um ambiente democrático, na atual situação do século XXI, com a opinião pública mundial influenciando muito. Tecnologia de fronteira. Há um projeto chamado Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, já concluído, localizado na terra do nosso Deputado do Mato Grosso — eu comandi a brigada de Cuiabá e o conheço da época em que V.Exa. foi Prefeito de Sinop. Esse sistema é a última palavra em tecnologia de sensoriamento remoto, de utilização de satélites, de radares. O Mato Grosso já está vigiado, vamos dizer assim. Esse sistema agora deve ir para a Amazônia, exige muito recurso, e, com a atual



situação, está parado. Chama-se SISFRON. Seria um avanço tecnológico muito grande, com veículos aéreos não tripulados, balões aerostáticos, sistema de vigilância com radar, equipamento de visão noturna, embarcações blindadas e climatizadas para combater o narcotráfico em situação de igual para igual. O sistema que é responsável por toda a cobertura do nosso País chama-se CINDACTA. Ele controla a aviação comercial em grande altitude e é um dos melhores sistemas que eu já vi, mas, por falta de recursos do Ministério da Defesa, não possuímos um sistema para baixa altitude. O que se usa é aquela aeronave da Força Aérea no CINDACTA, com um grande radar que faz uma cobertura quando está voando, e o faz de cima para baixo. Sim, essa detecta, mas é esporádica. Para o dia a dia é preciso ter os radares SABER, destinados a média e baixa altitudes. O nosso relacionamento com o IBAMA é o melhor possível, com a FUNAI e com os índios também. Agora, a maneira de trabalhar deles é diferente da nossa. Em 1991, há 25 anos, nós participamos da Operação Traíra. Nós sofremos um ataque das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ataque em que morreram três militares nossos. No dia 26 de fevereiro, nós homenageamos nossos militares mortos. Nessa operação, nós descobrimos uma balsa num igarapé. Aquilo ali demandaria 1 ou 2 dias de trabalho no meio da selva. No entanto, os funcionários do IBAMA, da FUNAI e de outros órgãos não trabalham como o Exército, como as Forças Armadas. Eles trabalham com diária, com término de expediente. Na faixa de fronteira, isso prejudica muito. Eu não posso parar uma operação, mas só posso fazer a apreensão da balsa se estiver presente um funcionário do IBAMA. Lei é lei e tem que ser cumprida. Isso nos causa muitos problemas na faixa de fronteira. Mesmo assim o relacionamento é o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 3 minutos, para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, colegas Deputados, General de Exército Guilherme Theophilo, em primeiro lugar, quero aqui externar o meu respeito e o meu apreço pelas Forças Armadas, com as quais sempre tive as melhores relações quando fui Prefeito de Belo Horizonte e quando estivemos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, mais recentemente, no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Sempre que me perguntam sobre quem é o maior brasileiro, eu peço licença para responder que são dois: o Alferes Tiradentes e o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Quero agradecer-lhe, General, pela sua exposição aberta, transparente e ampla. Aprendi muito. Quero registrar aqui inclusive a sua sensibilidade com relação às culturas indígenas e ao multiculturalismo que nos constitui. Daí a importância das reservas indígenas e dos quilombolas — é claro, numa compreensão de um projeto nacional. Nessa compreensão do projeto nacional da nossa soberania, tenho também uma clara compreensão da importância das Forças Armadas devidamente equipadas para preservarem os superiores interesses do País.

Também acho importante o que foi colocado por V.Sa. em relação à conciliação dos territórios das reservas indígenas com os interesses do País. Por exemplo, eu me comprometo a examinar e a discutir com muito carinho no meu partido, aqui no Congresso, o Projeto de Lei nº 1.610/96. Já anotei aqui.

Mas eu gostaria de ouvi-lo, General Guilherme, sobre um assunto. Eu teria algumas perguntas, mas, devido à exiguidade do tempo, vou me ater a uma pergunta. Está em discussão aqui na Casa, no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que autoriza a venda de terra a estrangeiros, em qualquer lugar do Brasil, especialmente na Amazônia e em terras de fronteiras, sem nenhum limite em relação à extensão dessas propriedades. Parece-me inclusive que isso pode trazer mais problemas do que as questões relacionadas às reservas indígenas, porque nós estaríamos passando terras para pessoas que não sabemos quem são nem quais interesses vão trazer.

Eu gostaria de ouvi-lo sobre esse projeto de lei, General.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR - Muito obrigado pela pergunta, Deputado. Nós das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, realmente, nos preocupamos com esse projeto de lei. Como foi muito bem colocado, já houve experiências anteriores. V.Exa. deve saber muito mais do que eu sobre o Projeto Fordlândia, em que várias extensões de terras foram vendidas no Pará. Realmente, não deu certo, não foi para frente. Houve outros casos em que já chegamos a perder muita coisa das nossas produções. Há um livro chamado *O Maior Ladrão do Mundo*, que fala sobre isso. Foi quando nós começamos a perder o ciclo da borracha, pela



invasão estrangeira, pelo estudo estrangeiro. Levaram essas mudas para a Malásia e as plantaram lá, após terem passado grande tempo em nosso País pesquisando, comprando terra, trabalhando com isso, saindo do extrativismo, que é o nosso natural — ainda respeitando a floresta —, e fazendo as plantações, com desmatamento e com outras coisas mais. Então, o Exército brasileiro está bastante preocupado com esse projeto de lei que permite a venda de grandes extensões de terras a pessoas que não sejam nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está satisfeito, Deputado? (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Boa tarde, General!

Eu sou do Estado do Pará. O Exército é uma honra para o povo brasileiro, é a expressão da tradição de outros oficiais, mesmo que de outras Forças. Mas eu queria fazer referência a dois estrategistas dos mais importantes, do ponto de vista da geopolítica latino-americana e mundial: um é o Capitão Mário Travassos, que pensou a projeção do poder continental do Brasil. E a ideia deve ser retomada, para, com respeito à soberania dos demais países latino-americanos e do Cone Sul, afirmarmos essa possibilidade de constituir um poder do Brasil e um poder latino-americano, como aliás o Oficial da Aeronáutica, Darc Costa, que foi Vice-Presidente do BNDES, bem mostra em sua tese de doutorado. Ele se refere apenas ao Cone Sul. Nós somos uma potência, se unidos. Daí a necessidade tão grande dos geopolíticos dos países cêntricos em fragmentar a unidade latino-americana. Então, a geopolítica norte-americana, em particular, vive dessa necessidade de dividir para melhor controlar.

Eu queria fazer referência ao Meira Mattos. No meu caso, como militante de Esquerda do Partido Socialismo e Liberdade, creio que a contribuição do General Meira Mattos é importante para entender o território brasileiro e a Amazônia, no contexto do território brasileiro, e o potencial e a importância estratégica da Amazônia. Eu acho que tudo isso corrobora com as preocupações aqui apresentadas.

V.Sa. não tem responsabilidade nenhuma, mas há objetivos não confessos no convite a V.Sa. Eu creio que queriam usar um General de Exército para dizer aqui



que a soberania brasileira está comprometida. Eu creio que a soberania nacional cada vez mais se afirma e a importância das Forças Armadas está dada.

Elementos que exigem técnica e presença humana, como a intensificação dos marcos geodésicos — sou agrimensor e fiz cursos na Primeira Região da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites —, podem dizer o que, até mesmo nas décadas de 60, 70 ou 80, oferecia risco, a meu ver.

Vamos pensar no Brasil e na Venezuela. Hoje, 120 quilômetros, do ponto de vista geodésico, é um espaço relativamente pequeno, ainda que a existência dos marcos geodésicos tenha que ser completada por técnicas de vigilância e, ao mesmo tempo, a presença humana.

O Deputado que oficializou o convite falou algumas asneiras. A soberania nacional nunca pode estar abaixo de qualquer outro interesse. A presença indígena, inclusive com uma importância grande...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... na consolidação dos povos indígenas na fronteira, na visão do Rondon, foi fundamental, inclusive para a consolidação da nossa soberania.

Jamais o Exército ou um Comando do Exército será impedido de cuidar do nosso território, porque os riscos existem. Pessoalmente, não vejo risco na constituição de territórios soberanos, mas sei que gente séria — inclusive o General expressou — tem essa preocupação.

Considerando que algumas etnias estão espalhadas por três países, ou em dois, como no caso dos ianomâmis, há o risco de que o reconhecimento de um etnia e da parte da sua terra sob o controle brasileiro possa gerar um sentimento de soberania territorial, o que seria muito prejudicial. E eu creio, como brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... que o Exército está preparado para impedir qualquer tentativa de vilipêndio à soberania nacional.

Então, eu quero dizer o seguinte: há muitos temas importantes, e eu creio que em algumas circunstâncias, General — permita-me só concluir esta ideia —, as



instituições obedecem a um projeto e, às vezes, exercem um papel importante como elaboradoras de projetos. Eu tenho uma avaliação, às vezes, crítica em relação a certos momentos, mas não podemos olhar para trás. Temos que olhar para frente, pela importância das instituições.

Então, hoje nós temos 754.840 quilômetros quadrados — dados de 2012 do IBGE — de áreas florestadas já desmatadas na Amazônia, o que equivale a 20% do total. E o processo continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado ...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - No Brasil, chegou-se a mais de 1 milhão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lamento, mas eu não posso permitir que V.Exa. continue com a palavra. V.Exa. teve três vezes o tempo que lhe era devido.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou só concluir.

Eu creio que a vinda do General aqui, diferentemente até do que talvez alguns pensassem, veio mostrar a importância do respeito aos povos indígenas, a importância de se enfrentarem algumas questões culturais, como, por exemplo, o infanticídio. É claro que não é com repressão, mas com convencimento que se mudam valores culturais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, Deputado. Por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Percebe-se a importância do combate ao crime, que significa o fortalecimento das nossas instituições de segurança para impedir a ação do narcotráfico, do tráfico de armas, do tráfico de recursos naturais nossos, como o nióbio, na Amazônia. V.Exa. confirma dados que eu tenho em relação a isso. Inclusive, a própria Vale hoje controla grande parte das minas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, tenha compreensão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...já com autorização para pesquisa e exploração, o que nos coloca como detentores de mais de 99% do nióbio do mundo! Isto é muito significativo para todas as áreas da indústria, inclusive pela



importância que esse minério tem para a indústria aeronáutica e outras áreas da tecnologia bélica e aeroespacial.

Então, obrigado pelas contribuições. As PECs que eu gostaria de discutir...

Quero só fornecer uma informação: morreram 1.500 atroaris com a implantação de Balbina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu lamento, mas seu tempo já terminou. Eu não quero ter que lhe cortar a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Isso criou um trauma. Este é um debate a ser feito democraticamente, porque eu tenho certeza de que eles não vão impedir o desenvolvimento. Eu acho que eles têm apenas medo do trauma, porque foi brutal realmente o morticínio de indígenas atroaris no período de Balbina, uma usina talvez pensada como importante, mas que depois, na prática, gerou pouca energia e muita destruição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Gostaria de fazer algum comentário, General? Do contrário, passamos para outra pergunta.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Quero só falar dos waimiri-atroaris. O Porfírio de Carvalho publicou um livro chamado *Waimiri-Atroari — a História que não contada*, um livro da capa verde. Porém, ele fala não de Balbina, mas da abertura da BR-174. Ele diz que nós militares do grupamento de engenharia matamos os índios que estavam lá. É a opinião dele. Foi o que ele escreveu. Havia a ordem de abrir a BR-174. Eu não sei quantos morreram, se morreram ou se não morreram, mas o Exército brasileiro cumpre ordens do Presidente da República, o comandante supremo das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto, pelo prazo de 3 minutos, para fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Cumprimento o Presidente Alceu Moreira, o Relator Nilson Leitão e o General Guilherme Theophilo.

Eu conheço bastante São Gabriel da Cachoeira e Cabeça do Cachorro. Trabalhava no Instituto Socioambiental — ISA. Trabalhei muito na capacitação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — FOIRN, no final da década de 80.



De certa forma, eu também acompanhei um pouco — evidentemente, eu não morava lá permanentemente — um crescimento, eu diria assim, do respeito na forma como se dava o relacionamento entre o Exército e os povos indígenas — eu estou falando isso em relação àquela região especificamente.

Vou citar um exemplo. Na época, quando os militares iam fazer aquela operação de... Como se fala? De salvamento?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, não.! O pelotão vai à selva para testar a resistência e fica uma semana.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Sobrevivência na selva?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Isso, sobrevivência na selva. E era muito comum, às vezes, os soldados sobreviverem em cima da roça dos indígenas, o que era um problema nesse relacionamento, e isso avançou.

Então, só queria dizer que tenho uma admiração muito grande, um respeito muito grande também pelas Forças Armadas, pelo Exército e por esse trabalho todo que faz, principalmente, na Amazônia como também em outras regiões.

Mas também cresceu, e podemos dizer que também cresceu do ponto de vista de entender essa diversidade cultural, não é tão recente, já vem de bom tempo, porque, até então, era uma política dirigente no País que os índios tinham de ser exterminados, ou incorporados, e essa cultura veio mudando também nas Forças Armadas, especialmente, no Exército.

V.Sa. levantou uma série de problemas que têm a ver com roubo de madeira, com roubo de minério, com tráfico de drogas, com tráfico de armas, e poderíamos dizer o seguinte: é um problema nacional, não é só da Amazônia. Poderíamos citar também outros problemas que acontecem nos centros urbanos. Então, esse conjunto de problemas que foram levantados aí mostra a necessidade, às vezes, até de investimento maior para essas atividades de controle.

Evidentemente, V.Sa. traz ideias, visões, de que isso possa fazer parte de um plano que esteja relacionado a forças externas ou que as FARC financiam isso. Eu não chego a tanto, mas acho que falta controle.



Também acho importante dizer aqui que, talvez, nos últimos 10 anos, 12 anos, as Forças Armadas, para esse trabalho na Amazônia — estou falando do ponto de vista até de inteligência — recebeu mais investimento como nunca teve antes. É importante dizer que os Governos Lula e Dilma fizeram investimentos principalmente em tecnologia. Estou falando isso porque, quando eu voava por lá, saía de Manaus naqueles aviõezinhos — e os senhores conhecem muito bem, é isso que funciona lá —, não havia radar, não havia controle. Não sabia onde estava se o avião caísse. Isso era muito comum. Hoje, existe um sistema e houve investimentos. Isto é importante dizer.

Estou dizendo isso porque quero chegar à conjuntura aqui colocada hoje, porque, como disse o próprio Deputado Edmilson Rodrigues, o senhor foi convidado para vir aqui tentar defender ou valorizar muito a tese da conspiração internacional, a tese de que há muita terra para pouco índio e os objetivos principais que estão por trás de uma parcela desta CPI, que comandam inclusive esta CPI. Aqui é um ambiente político, de debate de ideias, apesar de haver a justificativa de esta CPI existir para parar a demarcação de terra indígena, para parar a demarcação de territórios quilombolas, para parar o programa de reforma agrária e, mais do que isso, suprimir os direitos assegurados na legislação, na Constituição. Quando o Estado vai lá e implementa políticas, ou quando as Forças Armadas apoiam a implementação dessas políticas, está fazendo isso a serviço daquilo que a sociedade brasileira já definiu, na Lei Maior, através de seus representantes.

Então, precisamos entender que é este o jogo que está colocado, porque esses mesmos que estão aqui não colocam uma vírgula aqui dentro, por exemplo, sobre a soberania da plataforma marítima. Eles são os propositores de projetos de lei que querem entregar, por exemplo, o pré-sal para as multinacionais. Então, para mim, é muito mais perigoso entregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ... o pré-sal para uma Chevron, o pré-sal que é um patrimônio não só de quem vive neste momento, mas das futuras gerações, como também tem que tomar o cuidado com toda a biodiversidade que temos na Amazônia e que precisamos investir em pesquisa, em desenvolvimento,



até que um dia deixemos de ser exportador. Parcela significativa dos membros desta CPI quer continuar exportando pau-brasil. O pau-brasil de hoje é o minério de ferro, é a soja, é o boi vivo, de preferência. Eles não trabalham na perspectiva de um dia exportarmos inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado. V.Exa. já está com 9 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - E a Amazônia tem tudo ali, uma biodiversidade muito grande para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado. V.Exa. já está com 9 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, claramente eu coloquei quem são os dirigentes da CPI que comandam isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu não quero ter que lhe cortar a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Obrigado ao senhor pelas contribuições e por ter vindo aqui nos esclarecer. Eles querem defender determinadas teses, e a fala do senhor deixou muito bem claro como o Exército Brasileiro também trabalha numa perspectiva de que nós podemos, sim, construir uma Nação que respeita a sua diversidade cultural e étnica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor tem alguma consideração? (*Pausa.*)

Com a palavra pela Liderança, Deputada Erika Kokay, por 8 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não tem depois.

As outras inscrições chegaram depois de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, mas eu falei que queria falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ou V.Exa. fala agora ou não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Líder pode falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem a palavra agora e está inscrita para falar e só há outro Líder para falar.

Como eu vou fazer? E se os outros disserem que estão inscritos depois de V.Exa., como eu faço? Ou V.Exa. fala ou vou ter que lhe deixar sem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. tem caracterizado o seu comportamento por um profundo autoritarismo, porque o Líder tem a prerrogativa de escolher o momento em que vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode, porque eu não quero usar a palavra neste momento, simplesmente dizer que eu não falarei mais, porque V.Exa. fere o próprio Regimento.

Eu gostaria de consultar o secretário se o Líder e a pessoa que fala em nome da Liderança tem a prerrogativa de falar no momento em que achar que deve.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós não temos mais nenhuma inscrição, e há três Líderes para falar. Eu estou colocando na ordem de chegada. Estão aqui os três Líderes.

Como eu vou passá-la para depois do outro Líder, se ele chegou depois? Se ele optar falar depois de V.Exa., não fala mais nenhum. Não é por preferência. É que não há nenhum inscrito!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. sabe inclusive que eu representei contra V.Exa. no Conselho de Ética. Se V.Exa. não sabe, eu estou lhe informando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem todo o direito de representar onde quiser. Não há nenhum problema. Isso é um direito que V.Exa. tem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Agora, para falar na condição de Líder, só há três Líderes inscritos, e V.Exa. é a primeira.

A palavra está à sua disposição por 8 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu irei usar a palavra, Sr. Presidente, mas apenas pontuando aquilo que já está fartamente demonstrado inclusive com as



notas taquigráficas desta Comissão, no que diz respeito a um comportamento que foge do que seria aquilo que está previsto no Regimento, do ponto de vista do Presidente ou da Presidenta, no caso do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ou de qualquer outra instância desta Casa.

Eu vou, então, fazer uso da palavra.

Eu queria primeiro lhe parabenizar, General Guilherme, porque penso que a sua gestão no comando da Amazônia foi uma gestão que deixou muitas marcas positivas. Eu queria realçar algumas delas.

O senhor implantou o programa Amazônia Conectada, o programa Pró-Amazônia, o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, a expansão do cabo de fibra óptica que interligará Manaus a Tabatinga. Com esse programa, 52 Municípios do Amazonas ficarão conectados pelo sistema de banda larga. Então, V.Sa. passou pelo Comando deixando marcas muito positivas.

Eu realçaria uma marca que deveria servir de ensinamento e aprendizado a todas e todos nós. A relação que o senhor desenvolveu e a resolução de conflitos no que diz respeito à população ribeirinha. Havia um conflito estabelecido.

Nós vivenciamos e discutimos conflitos nesta Comissão, inclusive conflitos entre os interesses dos povos originários ou dos povos indígenas previstos na nossa Constituição e interesses de produtores, enfim, alguns grandes produtores e outros pequenos produtores.

O seu exemplo deve ser seguido, porque foi o exemplo de tentar mediar um conflito. A partir da mediação de um conflito, o senhor conseguiu resolvê-lo. Nós temos, via de regra, nesta Casa aqueles que fazem parte de uma bancada chamada bancada patrimonialista, que acham que suas cercas são maiores do que a vida humana e que é preciso e possível fincá-las em terras indígenas e em terras quilombolas. Penso eu que fincar estacas nas terras indígenas e quilombolas, de forma anticonstitucional ou enfrentando a própria Constituição, é como fincar estacas na nossa brasilidade, na nossa condição de País, que conta, na sua construção cultural e na sua construção objetiva e social, com a contribuição dos povos indígenas, reconhecida na Constituição.

Aliás, folgo muito em ter visto a sua declaração, em determinado momento, em que o senhor dizia: *“O papel do Exército é respeitar a Constituição e agir de*



acordo com os preceitos da democracia. Atuaremos, se preciso for, para garantir o cumprimento da lei, a manutenção da ordem e o perfeito funcionamento das nossas instituições". O senhor atua e fala em nome da soberania.

Penso que o Exército não desenvolve apenas as relações e as atividades de proteção das nossas fronteiras. O Exército tem uma compreensão de que soberania também perpassa a sua atuação social, a sua assistência aos povos e ao povo deste País, e, portanto, alia essas duas coisas. A soberania não é apenas a defesa da fronteira que o Exército faz e que é a sua função precípua, também significa possibilitar que o povo e os povos possam viver de acordo com a própria dignidade humana.

Penso que esses ensinamentos deveriam ser derramados na maioria desta Comissão, naqueles que acham que a Constituição pode ser rasgada, que a Constituição pode sofrer modificações que ferem os seus preceitos e os seus princípios fundantes — uma Constituição não pode ser modificada por esta Casa no que diz respeito às cláusulas pétreas —, posto que esta CPI é muito mais instrumento de alimento de uma proposta de emenda constitucional que está nesta Casa e que busca tirar do Poder Executivo a sua função de executar, como diz bem o nome do Poder, a demarcação de terras indígenas, das próprias terras quilombolas e de unidades de conservação, preceito que está previsto na Constituição. Digo isso porque o Exército também tem uma preocupação e entende que soberania também pressupõe a preservação ambiental.

Mas vejam, os mesmos atores, as mesmas digitais que são maioria nesta Comissão Parlamentar de Inquérito estão nos seus postos de relevância e construíram a PEC 215. Eles fizeram esta Comissão como uma alça para alimentá-la. Trata-se de uma PEC para destruir os direitos indígenas, os direitos quilombolas e as unidades de conservação, posto que, se nós delegarmos a este Poder a capacidade de fazer aquilo para que não tem *expertise* e que não é sua função estabelecida e constitucional, estamos transformando em letra morta a própria Constituição.

Então, penso que o conceito de soberania inclui o auxílio, a contribuição para a dignidade de um povo — nós vimos isso no vídeo —, dando-se assistência a ela. O respeito à população ribeirinha que V.Sa. desenvolveu e que resolveu o conflito



que alguns imaginavam que dificilmente nós teríamos condição de resolver impõe uma lógica de soberania que vai para além da proteção das próprias fronteiras.

Penso que o conceito de soberania, Deputado Adelmo, também pressupõe o respeito aos povos indígenas. Que nós não tenhamos as inúmeras denúncias que estamos tendo a respeito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que faz diligências sem qualquer tipo de respeito aos povos indígenas e aos próprios preceitos regimentais que regem — portanto, são pactos construídos — o funcionamento desta própria Casa.

Então, quando nós falamos de conflitos, estes devem ser mediados. O próprio Presidente desta Comissão, em determinado momento, incitou agricultores a colocarem fardas, a colocarem fardas — fardas! — e a se armarem contra os interesses dos povos indígenas. Vejam, quem usa farda a usa com dignidade, que é a farda que V.Sa. utiliza para poder exercer uma ação de mediação com populações ribeirinhas e não propor que os problemas deste País e os problemas que envolvem conflitos fundiários entre indígenas e população produtora ou produtores rurais se resolvam com balas. As fardas não podem ser utilizadas para isso. As fardas têm que ser utilizadas para honrar este País e a sua soberania, que pressupõe nós termos o Estado que acolhe, o Estado que protege e o Estado que faz com que os conflitos possam ser mediados e resolvidos.

Por isso, eu queria dizer que penso que há grande frustração daqueles que compõem esta Comissão, que tentaram lhe chamar para que V.Sa. pudesse ser ventríloquo de uma lógica contra as ONGs — Organizações Não Governamentais, ou contra o CIMI, que tem sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peça que conclua, Deputada, por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...a tônica desta Comissão. Esta Comissão tem tido uma tônica, um diapasão, um discurso monocórdico, que é o discurso de criminalizar FUNAI, criminalizar INCRA para criminalizar os povos indígenas, criminalizar antropólogos e criminalizar ONGs. V.Sa. veio aqui para dizer ao que cabe, quem usa uma farda com uma função tão nobre de assegurar a soberania deste País. Era isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não precisa quebrar a sinaleira, pode ficar tranquila. Não tenha raiva desse instrumento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está quebrando o decoro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quando V.Exa. rompe os princípios de humanidade, V.Exa. quebra o decoro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não fiz nenhuma interferência, eu só lhe disse que não precisa bater tanto, o instrumento não merece!

Por favor, o Deputado Luis Carlos Heinze tem a palavra por 10 minutos.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode, claro que pode!

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Sobre o que a Deputada colocou, eu só queria dizer que existe um caso de quilombola também lá na Amazônia, apareceu agora, no sul de Rondônia, em Costa Marques. Então, nós temos um pelotão especial de fronteira, em Forte do Príncipe da Beira. É um local histórico onde nós mantemos o nosso pelotão. E nós estamos negociando com essa comunidade quilombola de Costa Marques. É área militar a que eles estão ocupando, uma área nossa, de reserva do Exército brasileiro. Mas, através de um instrumento jurídico chamado CDRU, que é a Concessão de Direito Real de Uso, um direito real resolúvel para quem ocupa aquela área, que não pode vender aquela área ou se fazer negócio ali. Ele ocupa aquela área. Então, nós vamos demarcá-la para que ele possa sobreviver daquela terra que ele já ocupa e possa transmiti-la na linha direta, de geração em geração, pai, filho, neto, e por aí adiante. Então, é isso o que está sendo feito na comunidade quilombola de Costa Marques, lá na região de Rondônia. Acho que foi a comunidade a que a Deputada se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Luis Carlos Heinze, V.Exa. tem a palavra, na condição de Líder, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero saudar o General Guilherme, que fez uma brilhante explanação.



General, nós estivemos lá na Raposa Serra do Sol, que V.Sa. comentou. Nós ficamos chateados — e ouvimos também outros colegas falando desse caso — porque os próprios índios queriam a demarcação não contínua.

O Senador Lindbergh Farias era o Relator dessa matéria, eu era membro da Comissão e o Deputado Moacir Micheletto era o Presidente da Comissão, quando nós estivemos no Exército, lá em Roraima. E o Exército Brasileiro, com uma comissão de Deputados brasileiros, tinha que pedir permissão para adentrar na reserva indígena. Foi uma grande dificuldade — na ocasião, o General Heleno, salvo engano, comandava a região — para podermos adentrar na reserva.

E depois fizemos todo o levantamento, estivemos *in loco* em Pacaraima e vimos aquele absurdo. A grande maioria é de descendentes de índios, inclusive era uma indígena a Prefeita de lá. E nós vimos a dificuldade deles. E como disse V.Sa. aqui: há dificuldade de os brasileiros serem reconhecidos. Quando estivemos em uma escola, vimos cartazes que diziam: “Fora, padres italianos, alemães”, e sei lá o quê. Todas essas raças que havia lá. Eles sabem de tudo o que há lá. E nós, brasileiros, não temos conhecimento. Há pistas clandestinas e tudo mais que havia naquele momento vimos lá. Eles mesmos pediam para o Brasil tomar conta daquilo lá. Queriam deixar 100 mil hectares para os produtores que estavam lá, para que eles pudessem até pagar arrendamento para os próprios índios.

Depois disso, na Comissão de Agricultura — o Deputado Valdir Colatto os recebeu conosco —, os próprios índios vieram prestar depoimento informando que estavam morrendo de beribéri; que, quando os brancos estavam lá, disseram: “*Nós tínhamos o que comer, nós tínhamos de trabalhar, nós tínhamos onde roubar e nós não morríamos de fome*”. Passado o tempo, estão lá, em toda aquela área, morrendo de beribéri. Alguns ficaram com 30, 40, 50 cabeças de gado. Os próprios índios e a FUNAI contra eles. Um absurdo.

Acho que nos anos 50, 60, quando os aviões da Cruzeiro do Sul fizeram levantamento, aerofotogrametria da Amazônia. Nós não tínhamos esse levantamento. Eu tenho as fotos aéreas. O Exército tinha as fotos, as quais nós tínhamos acesso. Eu fiz Agronomia em 1970 e nós não tínhamos fotointerpretação no Brasil. Os americanos, lá nos anos 50, 60, conheciam tudo aquilo lá. Imagine a tecnologia que eles têm hoje com satélite, o que eles estão sabendo que nós,



brasileiros, não sabemos das riquezas. E aquele projeto foi patrocinado por David Rockefeller, Daniel Ludwig e outros grandes capitalistas norte-americanos para conhecer a Amazônia brasileira.

Alguém disse que o Deputado Valdir Colatto estava falando asneira. Não é asneira, não. Eles sabem exatamente o que existe nas riquezas brasileiras: terra — eu sou agrônomo, sou produtor rural —, florestas e água doce. Sabemos do nosso potencial, quanto valem essas riquezas minerais, pelo amor de Deus! E nós, brasileiros, não sabemos disso? Não podemos utilizar esse grande patrimônio do Brasil, sejam as florestas que existem hoje lá, sejam as terras que existem lá dos Cerrados, seja a água doce — e muito mais as riquezas minerais!

E nós víamos aqueles matutos — aquela população de lá — indignados com o povo estrangeiro que adentrou aquela região, padres e outros tantos. Inclusive o próprio Exército tinha dificuldade de adentrar essas terras, assim como a comissão de Deputados Federais. E nós, em território brasileiro, ainda temos que pedir licença.

E mais, toda essa riqueza é nossa. Nós somos brasileiros. Então, nós não podemos permitir — esta é a tese do próprio Exército — que esses alienígenas que vêm de fora e inclusive, brasileiros, colegas nossos, falem mal do Brasil. Quando falo dos Parlamentares, eu falo dos brasileiros que estão querendo explorar aquelas áreas. Então, esse é um ponto importante. E nós temos que nos irmanar, sim, pela defesa do Brasil.

Quando discutimos o Código Florestal Brasileiro, com o Deputado Valdir Colatto e o Deputado Moacir Micheletto, que já faleceu, nós tínhamos uma tese. Por que esses estrangeiros, que dão um capitalzinho para fazermos alguns estudos — Noruega, Inglaterra —, esses reis e tantas ONGs de lá que vêm sustentando as ONGs daqui, não nos pagam? Eles querem respirar o ar puro que a Floresta Amazônica dá para o Brasil, mas também dá para o mundo. Por que nós não colocamos um capitalzinho para que eles paguem um imposto? Eu prefiro dar 1 milhão de dólares, 2 milhões de dólares. Dê um troquinho, uma merreca, mil réis, troco para o Brasil. Eu sou brasileiro. Qualquer um de nós é brasileiro. Aquilo é do Brasil.



Então, é essa soberania que o Exército defende tão bem e que nós, brasileiros, temos que saber aproveitar. Nós temos esse potencial, essa riqueza. Tiraram as terras de pessoas que estão lá há 40, 50 anos, ele hoje vivem miseravelmente. Nós vimos de tudo em Roraima quando lá estivemos.

Estive também em Rondônia, quando houve o massacre e mataram lá brasileiros que iam tirar diamantes de picareta. Imaginem! Não era com aquela Poclain, com aquelas dragas. E nessas reservas havia só aviões e capital estrangeiro roubando diamante do Brasil. Estavam lá de avião. Imaginem 15, 20 dragas daquelas cavucando diariamente! E mataram mais de 100 brasileiros. Nós estivemos lá naquela reserva também vendo essas questões lá em Roraima, acho que na reserva Roosevelt.

Nós, brasileiros, ficamos chateados de ver isso acontecer. E parece que alguém defende a vinda de estrangeiros — roubavam uma grande riqueza do Brasil: diamante, uma das maiores reservas de diamante do mundo — e nós, brasileiros, muito pouco podemos aproveitar. E alguém estava se beneficiando, bem como meia dúzia de índios se beneficiando, os caciques Cinta Larga, que viviam nababescamente lá. Nós vimos isso. Inclusive, no dia em que nós estivemos lá, o pai de uma juíza foi assassinado, porque ela estava fazendo um enfrentamento. A Prefeita da comunidade nos recebeu. Nós fomos lá, também, com a comissão de Parlamentares, mostrar essas situações.

Então, veja: o Exército não pode entrar, os Deputados não podem entrar, e alguém está roubando do povo brasileiro. Essas reservas minerais de água doce, de floresta, de terra, são um capital imenso. Nós vimos fotografias aéreas. O Dr. Evaristo, lá da EMBRAPA georreferenciamento de Campinas, mostrou as fotografias no mapa, ainda no tempo em que o Deputado e Ministro Stephanes contratou e pediu que a EMBRAPA fizesse esse estudo. Eles plotaram exatamente tudo isso. Parece que são outros interesses contra a Nação brasileira.

Por isso, Deputado Alceu Moreira, esta Comissão precisa trazer à tona essas questões e discutir esse tema extremamente importante. Este é o nosso Brasil, nós somos brasileiros. Aquilo é nosso, é do Brasil, não é de outra nação. Qualquer país estrangeiro vai querer tomar conta daqui. Isso pode acontecer! Nós vimos matarem Saddam Hussein. Qual era o interesse? Petróleo! Não se pode dizer: “Não, uma



força tal vai tomar conta”, e nós não podemos fazer nada. Nós vimos esse fato lá. Como brasileiros, nos dói.

Por isso, a presença de V.Sa. na CPI para nos trazer explicações é importante, para que possamos ter conhecimento e dar andamento aos trabalhos. Não somos contra A ou contra B, somos a favor dos índios, ninguém é contra os índios.

Também foi falado aqui dos latifundiários. Nós conhecemos o Rio Grande do Sul, Deputado Alceu. Entregamos para o Ministro 4.230 hectares na Reserva do Mato Preto, 365 famílias de brasileiros para botar 30 famílias de índios. Nada contra. Os índios estão lá acampados, mas não por conta deles. Eles foram colocados ali. E, assim, tantos absurdos que nós estamos vendo de pequenas propriedades rurais, pessoas há 150 anos com as terras. Onde está o direito de propriedade? Isso não existe? Alguém é contra tudo e contra todos, achando que roubar — isso é roubar, Sr. General — as terras das famílias que estão ali se deve a um processo que existia e que nós temos que terminar com isso. Nada contra.

O que nós queremos é dar ritmo a essa questão, para que o Congresso também possa verificar se a terra vai ficar com a FUNAI, com o Governo Federal, com o Executivo. Agora, queremos que essa PEC propicie também este Poder o exame de um processo. Por que nós não podemos examinar? Examinam-se tantas coisas!

O Deputado Osmar Serraglio, brilhante jurista, diz que, conforme a Constituição, se alguém quiser explorar qualquer reserva mineral dentro de uma terra indígena, tem que pedir para o Congresso Nacional autorizar. Então, nós queremos examinar qualquer processo demarcatório que não tenha as falcatruas que a FUNAI está fazendo hoje, acobertada pelo ex-Ministro da Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Posso fazer somente um pequeno comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA - Preocupamos bastante essa parte de recursos minerais que o Deputado muito bem colocou. Eu acho que urge aqui nós aprovarmos esse Projeto de Lei nº 1.610, porque será



um marco regulatório para a exploração dos recursos minerais em terras indígenas, que são muitos. E há uma coincidência, como eu mostrei no mapa, entre as reservas indígenas e os recursos minerais, porque nós não estamos explorando, mas outros estão explorando. O Rio Uraricoera, em Roraima, é um dos mais ricos em ouro. O veio aurífero é muito grande e esse ouro é vendido na Avenida Paulista, em São Paulo, como os diamantes dos Cinta Larga. Então, isso é importante. E, para terminar, informo que eu nunca deixei de entrar em terra indígena. Se o General Heleno ou o antigo Ministro Aldo Rebelo deixaram de entrar, eu nunca deixei e sempre transitei normalmente nas terras indígenas. Nunca fui proibido de entrar em lugar nenhum. Eu acho isso um crime de lesa-pátria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão, pela Liderança do PSDB, pelo período de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. General, eu vou tentar ser rápido e seguir de onde o senhor encerrou.

O fato é que nós nunca vimos conflitos de brancos e índios, a não ser desde o momento em que o Governo, o Estado brasileiro deixou de cumprir a sua parte ou começou a fazer demarcações de forma exacerbada, desastrada, sem nenhuma cronologia, organização e critério. Esse é o grande fato.

Eu tenho quase que certeza absoluta de que, pela sua experiência, pelo menos na Amazônia... Eu me mudei para Sinop em 1983, a BR-163 ainda não estava totalmente aberta pelo 9º Batalhão de Engenharia de Construção — BEC do Exército Brasileiro. Naquele período ainda, o Tenente Enzo, que se tornou o Comandante-Geral do Exército Brasileiro alguns anos atrás, comandou a abertura daquela estrada até a cidade de Lucas do Rio Verde.

Eu cheguei a Sinop e pude constatar que tudo o que existe lá foi graças ao Exército: o aeroporto, a comunicação e tudo o mais. Hoje é uma bela cidade, da qual tive a oportunidade de ser Prefeito por dois mandatos.

O grande debate que se tenta fazer — por isso quis usar a palavra como Líder — visa demonstrar que toda a vez a mesma fala de alguns colegas meus do PT quer imputar a esta CPI uma divisão que não existe, quer imputar a esta CPI algo que não é verdadeiro. Esta CPI não está aqui discutindo se o Exército trabalhou certo ou não, se o Governo brasileiro atuou totalmente como deveria na área



indígena. Nós aqui estamos discutindo os crimes cometidos pela FUNAI e os crimes cometidos pelo INCRA naquilo que deveria ser o seu papel de Estado. Houve e há muitos crimes não só ditos — e vão ser ditos — por esta CPI, como também pelo TCU, pelo Ministério Público Federal, por todos, enfim, da falta de cuidado com o índio.

Colocaram em prioridade, como se fosse uma redoma, a demarcação de área indígena, mas isso é apenas um pano de fundo. Houve desvio de dinheiro nas ONGs contratadas para cuidar da saúde indígena — e não cuidaram, porque aumentou a morte indígena no Brasil mais de 170% nos últimos 10 anos. E não foi por conflito de guerra. De cada 100 índios mortos, 40 são crianças de 1 a 5 anos de idade. Esse genocídio, como alguns Deputados do PT falaram, foi praticado pelo Estado brasileiro, pela omissão, pela ausência. Quantas mães indígenas deram à luz em praça pública? Quem teve que cuidar foi o Exército, ou as Prefeituras, ou a comunidade, porque lá não estava o Estado brasileiro, através da FUNAI ou através dos instrumentos legais e obrigatórios, com recursos do Orçamento brasileiro, para cuidar daquelas índias. Não, não cuidou. Esses índios morreram, sim.

Agora imputam que houve genocídio na abertura da BR-174. É mentira! Nós sabemos que é mentira. Imputam a morte de índios, de crianças indígenas por genocídio de guerra. Também não houve. Não há isso na história recente do Brasil. É muita mentira colocada, e há muita gente lá fora que acredita nisso.

Às vezes, representantes da ONU repetem frase chavão, achando apenas pelo o que ouviu, e às vezes nem leram e não sabem direito a história, porque algumas autoridades brasileiras, ideológicas, acabam fazendo esse desserviço para o Brasil. Enquanto isso, a maioria dos índios está morrendo de fome, vivendo na miséria, em lixões, morrendo de alcoolismo, de depressão, morrendo e largados à própria sorte.

O Brasil que nós queremos, com esta CPI que vai se encerrar, é um Brasil só, de índios e não índios. Quem criou o conflito do produtor com o índio foi o Estado. Foi o Estado! Em várias regiões, há provas enormes disso. Filhos de indígenas estudam em escola pública junto com filhos de branco. E, de repente, há uma desintrusão mal-avisada, desavisada, o que deixa todo mundo morrendo de fome. Não bastava apenas uma parte; agora todos têm que viver na miséria e do Bolsa



Família. Deixaram de produzir, deixaram de ter harmonia, deixaram de sonhar. Deixaram de sonhar!

Muitos perderam propriedades centenárias, nas quais criaram netos, bisnetos, filhos. E ali há uma história. Não é só o valor da terra. Não é a terra materialmente falando, mas é a história de vida de muitos, devido à ideologia de alguém que queria demarcar tal área. Noventa e oito por cento das áreas demarcadas no Brasil estão na Amazônia Legal. Muitos aqui falam, discursam e se dizem indigenistas, defensores de índio, mas não sabem a diferença do índio do sul para o índio da Amazônia. A diferença da cultura é enorme! Não conhecem e não querem conhecer, não sabem como eles vivem.

Vários índios estão trancando estradas no meu Mato Grosso agora. Não é por que eles querem terra. É porque eles estão morrendo de fome, é porque não há remédio. Eles fecharam no Araguaia, fecharam a BR-163 há poucos dias, e eu não vi ninguém desses defensores de índios que estavam aqui agora há pouco ir lá, mas chamaram a mim. Chamaram a mim! Na minha cidade não tem aldeia indígena, mas eles se socorrem daqueles que podem ouvi-los pelo menos.

Então, a grande realidade é que tem que se quebrar esse discurso ideológico que alguns fizeram aqui para o senhor e para todos seus comandados e outros que estão aqui lhe seguindo.

Eu só quis usar a palavra para deixar bem claro que a sua vinda aqui hoje foi de uma valia enorme, a CPI teve informações importantes e, mais do que tudo, nós sabemos que, se não povoar, habitar as nossas fronteiras, vai continuar entrando arma, droga e vão continuar roubando os nossos minérios, e muito.

Já fiz duas reuniões em Juína para discutir o problema dos Cinta Larga. Lá, Presidente Alceu Moreira, os índios estão morrendo de fome e moram em cima, talvez de uma das minas mais poderosas do mundo, mas lá esse diamante, essa esmeralda está indo embora de tudo quanto é jeito, menos da forma legal.

Parabéns, General! Que Deus abençoe o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, General.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARETTO DE OLIVEIRA - Gostaria de cumprimentar o Deputado. Sobre a colocação que fez da parte de recursos minerais, nós fizemos uma recente operação de fiscalização de produtos



controlados, chamada Operação Dínamo IV. Essa operação levantou uma infinidade de recursos minerais no norte do Mato Grosso. O Deputado falou bem na área de Juína, que nos está preocupando muito, inclusive, temos que fazer uma operação militar, tanto lá como na área de Pontes e Lacerda, pelo veio aurífero, que foi descoberto. Ele é praticamente comparável ao de Serra Pelada. O Mato Grosso é um Estado que se desenvolveu bastante. Eu tive a oportunidade de passar 2 anos e meio no Mato Grosso, acompanhar toda a problemática da BR-163, de várias cidades que nasceram ao longo dos acampamentos do 9º BEC — Batalhão de Engenharia de Construção, na época o Coronel Meirelles era o comandante, o Tenente Enzo é quem estava lá e nas tratativas dos batalhões, eu estava lá, quando o Prefeito de Cuiabá era Wilson Santos e o Governador era Blairo Maggi. Nós conversamos muito sobre o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso. E, da mesma forma, na Amazônia, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, Muni, é uma pessoa muito centrada. O agronegócio está subindo no Estado de Rondônia e nós temos condições de fazer isso, respeitando os códigos florestais com desenvolvimento sustentável. É para isso que a Nação brasileira tem que acordar, senão fica sendo terra de ninguém. Obrigado pela colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, por 9 minutos, por representação da Liderança do PMDB, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, General Theophilo, obrigado pelos esclarecimentos. Acho que V.Sa. foi informado de que a sua fala e essa sessão estão sendo transmitidas via Internet para o mundo. Então, realmente espero que o Brasil acorde, principalmente a Amazônia e aqueles que não ainda viram que estão nos roubando a Amazônia, estão levando embora a Amazônia, os seus recursos naturais. Espero que também acordem para isso, porque é impossível que nós não tenhamos consciência dessa questão.

Eu queria só encaminhar aqui uma pergunta para o senhor. O senhor falou que conhece o índio Álvaro Tukano, líder indígena, que apareceu aí no vídeo, a quem teceu elogios. E ele disse no vídeo que o ICMBio e o IBAMA cuidam mais das ONGs que dos índios. Essas foram palavras dele, de um indígena.



Também me surpreendeu a ideia de que os indígenas do Norte também são aculturados, também trabalham com a produção. Eu achava que eram somente os do Sul, do Centro-Oeste, nossos indígenas que trabalham em fábrica, há Prefeito, Vereadores, há gente de todas as áreas. Já havia sido informado sobre isso, e eu ficava meio receoso: mas o índio da Amazônia quer produzir, quer ser agricultor, não vive da caça e da pesca como pregam alguns, que tem que ser o tribalismo que tem que funcionar? Aqui ficou provado que isso não existe.

Então, o senhor não acha que nós deveríamos dar condições de cidadania a esses indígenas, para que pudessem explorar os recursos naturais, as terras deles com arrendamentos, as águas, para *royalties* das usinas hidrelétricas, madeira inclusive para uso sustentável, enfim, tudo aquilo que lhes possa dar autonomia, em vez de deixá-los morrerem de fome. O índio do Sul não quer saber da FUNAI. Ele quer fazer seu próprio negócio, quer ser um agricultor, quer tocar a sua vida.

E é assim que nós estamos propondo na Proposta de Emenda à Constituição nº 215. O Relator Osmar Serraglio está tentando colocar na cabeça de algumas pessoas cuja inteligência ainda não chegou que o Brasil não pode formar outro Brasil em relação à questão indígena, ao buscar os direitos originais dos indígenas, não reconhecendo o Estado. É uma ideologia que percorre por este Brasil que está travando esse processo. Vamos mudar isso.

Então, mesmo no Norte, o senhor disse que os indígenas vivem de Bolsa Família. Como é que chega Bolsa Família aos indígenas lá no meio do mato, no interior? É o Exército que leva isso? É a primeira pergunta que faço ao senhor.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Não, eles têm que vir aos Municípios-sedes, São Gabriel da Cachoeira, para recebê-lo. Por isso que eu disse que a dívida é tão grande que eles já deixam o cartão do Bolsa Família com o comerciante local, o que é totalmente errado. Eles fazem um acampamento no entorno de São Gabriel, com lonas azuis, que acaba levando à promiscuidade, à falta de higiene daqueles indígenas, para que eles possam levar o Bolsa Família para as comunidades que ficam à distância de 3, 4, 5 dias de barco. É importante que se diga: isso ajuda? Ajuda. Mas ajudaria muito mais se eles tirassem o seu sustento pelo seu próprio esforço de produção, através dos recursos minerais, dos *royalties*, como foi colocado. Nós advogamos que o índio quer isso. O índio quer



o progresso também. Existe uma antropóloga na Organização dos Estados Americanos — OEA chamada Maria Helena. Nós discutimos isso muito. Ela escreveu no jornal um artigo, cujo título é *Como Matar o Índio com Quadro Negro e Giz*. Mas como? Estamos dando educação, estamos dando saúde para esse índio que atualmente tem morrido de malária, hepatite, tuberculose, coisas de que não se morre mais no século XXI. Quem deveria estar lá, que é o Distrito Sanitário Especial Indígena — DSEI ou a Secretaria Especial de Saúde Indígena — SESAI, não está, por falta de capilaridade, por falta de recursos. Então, hoje todos os médicos militares dos pelotões atendem meia jornada na comunidade. Atualmente a lei permite que eles tenham dois empregos públicos. Antes, nem isso podiam.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Obrigado.

Entendo, então, que, se nós permitíssemos a exploração legal dos minerais do Brasil nas terras indígenas resolveríamos dois grandes problemas: o dos indígenas e o do Brasil. Estamos vendo todas as riquezas do Brasil irem embora.

Presenciei algo que me deixou bastante preocupado e revoltado até. Em um passeio em Amsterdam, na Holanda, uma empresa que levava turistas para passear nos levou a uma casa de diamantes. Chegando lá, havia uma montanha de diamantes em cima de uma mesa. Havia uma montanha de diamantes. Ficamos embasbacados com aquilo e perguntamos: *“De onde vieram esses diamantes?”* O dono disse que vinham do Brasil. E perguntei: *“Será que há alguma nota fiscal, algum imposto pago?”* Nada. Era contrabando puro.

E nós estamos aqui tentando resolver o problema das nossas contas e dos nossos indígenas. Então, é uma coisa louca o que estamos fazendo. Eu queria deixar isso registrado aqui.

Também quero falar sobre a questão da soberania nacional. Ora, uma das funções do Exército Brasileiro é manter a soberania nacional. Veio um rei da Noruega ao Brasil, terra que ele não conhece. O ex-Presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, teve o seu nome homenageado. Temos o Rio Roosevelt, em Rondônia, que passa pela área dos cintas largas, que tem a maior mina de diamantes do mundo. Conheço o rio. Deixou-se assim mesmo. Houve um massacre naquela região. Ninguém fez nada. Ficou por isso mesmo.



Quem é que está por trás dessa questão das riquezas minerais do Brasil? Quem está por trás disso? É uma coisa muito forte, muito grande. É gente de calibre grosso. Não se pode deixar ficar assim, com tantos minérios, e ninguém sabe de nada, ninguém diz nada.

O Exército não tem essa informação? Por favor, General, me diga alguma coisa sobre isso.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado. Vou fazer três colocações sobre isso. Está se falando do contrabando de recursos minerais, mas procurem ver o contrabando de animais silvestres. O peixe ornamental, chamado acará-disco, que se compra em Barcelos por centavos, é vendido por mil dólares na China. Refiro-me a peixes ornamentais. Um grama de um veneno de cobra na área científica custa 30 mil dólares lá fora. Então, todos esses animais silvestres, toda essa biodiversidade da Amazônia está saindo do País. Não há nota fiscal. Se o senhor pesquisar na Internet o termo “patentes de produtos regionais da Amazônia”, vai verificar que cupuaçu, castanha-do-pará ou castanha-do-brasil, chá de *ayahuasca*, o chá de santo-daime, nada disso é patenteado no Brasil. Tudo é patente da Europa, dos Estados Unidos, de países asiáticos ou de outros países.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A nossa lei não permite.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - Não há patente nossa. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA tem 64 patentes em toda a sua existência. Se nós formos a Belém, a outros institutos, ao Museu Goeldi, verificaremos que eles têm uma ou duas patentes. Nós não conhecemos. Só para encerrar, o nosso grande Papa Francisco fez uma encíclica chamada *Laudato Si'*. Em português, significa “louvado sejas”. Ele fez um trabalho excepcional que fala sobre meio ambiente, sobre as duas grandes preocupações em relação às florestas equatoriais da África e do Brasil. Com quem ele tem que discutir esse tema? Com o Presidente Barack Obama ou com os brasileiros? Aonde ele foi discutir sobre a encíclica *Laudato Si'*? É uma obra maravilhosíssima, mas ele tem que discutir conosco ou com os africanos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - General, quero dizer ao senhor que isso realmente nos preocupa. Quando levarmos essa questão ao meu Presidente



Michel Temer, espero ele crie uma comissão, um grupo no Ministério de Minas e Energia para ver essa questão dos minerais.

Nós importamos 90% do potássio que usamos para fazer fertilizante brasileiro! Temos minas aqui e não exploramos! Importamos 70% do fósforo, do fosfato. Se houver algum problema de guerra ou algo que impeça trazeremos matéria-prima, como nós não plantamos no Brasil, o que vai acontecer? Vamos deixar de produzir 200 milhões de toneladas de produtos, deixar de criar 33% dos empregos, perder os 80 bilhões de superávit na balança comercial. E ainda taxam o agricultor de bandido.

Não dá para entender este Brasil!

Quero agradecer ao senhor por suas palavras, dizendo que no Norte do Brasil precisa entrar o agronegócio, a agricultura, sim, de forma sustentável. Devemos preservar a Floresta Amazônica do jeito que está regulamentado pelo Código Florestal brasileiro. Nós podemos fazer isso com certeza.

Sr. Presidente, para encerrar, vou falar da questão dos animais. Quero dizer que as patentes de animais e também de plantas no Brasil são proibidas pela legislação brasileira. Lutei muito para isso. Nós não conseguimos patentear os produtos naturais. *“Não, a lei não permite. Isso é uma questão ambiental, é sagrado, é coisa de Deus.”* E não conseguimos fazê-lo. Está bem, nós não fazemos. Os outros levam para fora em contrabando. Lá, eles patenteiam. Eles pegam os nossos animais aqui, registram lá e nos vendem de volta em dólares. Está tudo bem.

São 500 mil criadores de pássaros e de outros animais domésticos no Brasil. Não podem fazê-lo. Então, o contrabando está institucionalizado. É assim que nós queremos. *“Viva o Brasil!”*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu queria tecer alguns comentários. Estamos encaminhando para o encerramento da reunião. Primeiro, agradeço profundamente a participação do General Theophilo. A sua participação representa certamente a contribuição do Exército Brasileiro. Embora aqui nesta Casa, por um exercício de retórica, alguns tentem mudar completamente a realidade do que o senhor disse, para dizer que disse o que eles gostariam de ouvir e não o que nós ouvimos, estamos absolutamente satisfeitos com sua explanação.



Não estamos satisfeitos, é claro, de saber armas de grosso calibre que matam 60 meninos por mês no Brasil, nessa guerra, entram por ali, em aviões que não podem ser fiscalizados porque estão voando baixo.

O País é obrigado a ouvir, nesta Casa, Parlamentares se julgarem donos dos pobres, dos negros e das minorias. Fazem discursos como se eles fossem os únicos que se interessam por essas pessoas. O senhor vem aqui dizer que as armas entram por ali, a droga entra por ali e mata toda a nossa meninada. Há mães e pais chorando em todos os cantos porque seu filho foi morto com tenra idade, com 16, 17 anos, pela droga, pela arma de grosso calibre. E vem alguém aqui dizer que as suas palavras não nos agradam. Em primeiro lugar, não convidamos o senhor para vir aqui agradar quem quer que seja. Tínhamos absoluta convicção de que o senhor diria a verdade sobre o que pensa. Nós já vimos aí, nessa mesma cadeira, um cidadão do Tribunal de Contas da União fazer toda a explanação sobre o desmatamento em terreno de reforma agrária, inclusive nos mostrou num eslaide um carro do INCRA e um caminhão de tora. Ele demonstrou detalhadamente no mapa. Quando ele terminou de falar, um disco riscado começou a dizer o seguinte: *“Olhem, quem desmata é o latifúndio. Está mostrado pelo que ele disse”*. Ele não disse isso. Ele disse que, em vez de fazer reforma agrária, pega-se a terra virgem e a desmata. E mais: ao final da história, há uma multa do IBAMA para o INCRA. Eu nunca vi o INCRA com serra na mão, cortando árvore. Pensei que, quando se multava alguém por derrubar mata, se pegasse o CPF, o nome, o sobrenome, o endereço, mas não. Não tem.

Agora, enquanto eu falo para o senhor aqui, há uma diligência no Mato Grosso do Sul. Na semana passada, a Polícia Federal pegou um cartório que registrava cidadão como índio, por autodeclaração, para ganhar benefícios previdenciários.

O Tribunal de Contas da União publicou 578 mil irregularidades no projeto de reforma agrária brasileira. Mortos, há mais de 6 anos, recebem cesta básica, Bolsa Família e PRONAF quase todo o ano. Mortos há mais de 6 anos! Há pessoas com 2 anos que têm vários lotes urbanizados.



Essas irregularidades estão todas aí. Dizer que nós não queremos reforma agrária é um equívoco. Nós queremos reforma agrária, com gente que tenha vocação para trabalhar na terra e produzir. Não tenho nada contra.

Devemos proteger os índios? É claro que sim.

Agora me estranha alguém dizer que gostou da sua afirmação quando o senhor mostrou no eslaide crianças e mulheres indígenas disputando um pedaço de pão podre com os urubus. Se isso é agradar, se essa é a política indígena que se queira, certamente estou pasmo, porque eu achei que isso afrontava qualquer governo.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Eu estou aqui desde o início. Ouvi todas as exposições, e ninguém aplaudiu, ninguém disse que concordou com o General, quando ele mostrou aquelas imagens de violência ou de morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não disse...

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - O senhor disse que algumas pessoas aplaudiram quando ele mostrou aquela imagem trágica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não. Deputado, a palavra "aplausos" V.Exa. está colocando por sua conta. Eu disse que alguém, em um discurso longo, disse que o General fez um discurso que nós não queríamos ouvir, que contrariou tudo o que nós queríamos, que nós o chamamos com outros propósitos.

É claro que eu não queria ouvir que no meu Brasil as crianças disputam no lixo um pedaço de pão com o urubu. É claro que eu não queria isso! Tenho certeza de que ninguém quer. Mas para tal não precisa marcar a população brasileira com marca no lombo, como se fosse dono do aramado: um é da Esquerda; outro é da Direita; eu penso assim; outro pensa assado. Não, ninguém quer ver isso em lugar nenhum!

Tem que haver uma política pública de Estado para os índios que não dependa do que o governante pense. O índio merece respeito porque é cidadão; ele merece ser cuidado porque é cidadão.



Mas, quanto à condição para ser cuidado, é bom conversar com ele, e não com ONGs internacionais ou com um bando de vigaristas que fazem a intermediação desse processo. No Rio Grande do Sul, em Mato Castelhana, estão demarcando a terra e botando pessoas que estão morrendo de frio à beira da estrada há quase 15 anos.

Não concordamos com o pensamento de achar que é bom que o conflito continue interminável, porque assim sai verba de todo o lado para sustentar essa luta, que é bom que esse conflito não tenha fim. Não concordamos com isso.

Portanto, a sua participação aqui, General, foi de fundamental importância. Além da contribuição que o senhor nos dá com relação ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, o senhor fez outra sugestão quanto à legislação. E a contribuição que o Exército brasileiro possa dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai fazer um trabalho com seriedade, embora alguns não gostem, e vai denunciar falcatruas, embora alguns não gostem, vai ser fundamental.

Por exemplo, marcou-se uma audiência pública no Rio Grande do Sul que fomos impedidos de realizar por um ato de barbárie, ao rasgarem o casaco de Parlamentares. Nós denunciemos o caso à Polícia Federal, com os nomes e com todos os textos que saíram nas redes sociais de incentivo e incitação à desordem.

Nós certamente cumpremos as duas partes: a de inquérito investigatório e a de produção de uma política de Estado para índios e quilombolas no Brasil.

Agradeço muito a sua vinda aqui, General. Ela foi de grande importância e vai ser uma contribuição inestimável para o nosso relatório final.

Eu lhe concedo a palavra para suas palavras finais.

Obrigado.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARE DE OLIVEIRA - Deputado, quero só agradecer em nome do nosso Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. Estou representando o pensamento do nosso Exército Brasileiro na figura do grande amazônida que é o General Villas Bôas, conhecedor profundo daquela área, mediador das causas indígenas, como o foi no caso de Tenharim Marmelos que apresentei. Gostaria de dizer que o Exército brasileiro está à disposição para ajudar, para colaborar no que for preciso e no que esta Casa necessitar do Exército brasileiro. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero lhe fazer uma pergunta: de 13 a 24 de junho, quando os senhores realizarão a Operação Ágata, como se pode dar a possibilidade da participação de Parlamentares?

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARGAS DE OLIVEIRA - Eu acho que o nosso assessor Parlamentar, o Coronel Marcos, pode levar o pleito ao Ministério da Defesa para que haja a participação de Parlamentares na Operação Ágata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode ser em todo o período ou em parte. O nosso pessoal lhes procura para ver se isso é possível. Se for possível, nós queríamos deixar essa possibilidade à disposição dos Parlamentares pertencentes à Comissão Parlamentar de Inquérito. Certamente, ao verem o que está acontecendo *in loco*, pode enriquecer o nosso trabalho.

Eu lhe perguntaria também se é possível deixar os eslaides que foram passados na exposição no acervo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARGAS DE OLIVEIRA - Perfeitamente. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Assim sendo, agradeço a sua participação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 8 de junho de 2016, amanhã, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 8, para tomada de depoimento do Sr. Hilario Gottselig, Diretor de Políticas da Agricultura Familiar e da Pesca da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, convidado pela aprovação do Requerimento nº 229, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Está encerrada a presente reunião.